

Crime ambiental agride economia do país

Nero diz que “está de parabéns” por preservar ambiente

Área perto de 20% do Pantanal já está destruída pelo fogo

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Brasil “está de parabéns” pela forma como preserva o meio ambiente, enquanto 20% do Pantanal já foi queimado, em ações criminosas. A declaração foi dada durante a inauguração de um complexo de produção de energia solar, na cidade de Coremas, no Sertão da Paraíba.

ba. “O Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente. E alguns não entendem como, é o país que mais sofre ataques vindo de fora no tocante ao seu meio ambiente. O Brasil está de parabéns da maneira como preserva esse seu meio ambiente”, afirmou. Não é o primeiro mês, nem o primeiro ano que as queimadas são recorde na Amazônia e no pantanal. **Página 4**



O incêndio atingiu também a área da reserva indígena do Xingu. Na foto, região perto da Transpantaneira

HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.775 23 a 29 de Setembro 2020

★ ★ ★ ★ ★

“Minha meta é reindustrializar São Paulo”, diz Orlando Silva

“Esse papo de que indústria é coisa do passado e que o mundo inteiro vive de serviços é conversa fiada. Essa conversinha é para desmontar a indústria brasileira”, disse o deputado Orlando Silva, pré-candidato do PCdoB à Prefeitura de São Paulo, em entrevista ao HP. “Minha meta é trazer grandes investimentos e reindustrializar SP”, afirmou Orlando. **Pág. 3**

Doria: SP receberá em outubro cinco milhões de doses da vacina chinesa

A vacina está sendo desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. **Pág. 4**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Flávio foge e não comparece a acareação com Paulo Marinho

“Com certeza alguém mentiu, né? E não fui eu”, respondeu o empresário



Após greve heroica, ecetistas reconquistam parte de direitos

Após uma greve nacional heroica, que começou em 17 de agosto, contra o corte unilateral de 70 das 79 cláusulas do acordo trabalhista, os trabalhadores dos Correios conquistaram um reajuste salarial de 2,6% e mais 50 das cláusulas canceladas pela direção da empresa. A decisão foi tomada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) na segunda-feira (21). A categoria ainda vai decidir em assembleias nos vários Estados sobre a continuação do movimento. O TST decidiu pela legalidade da greve, mas determinou a volta ao trabalho. **Página 5**

O senador Flávio Bolsonaro não compareceu à acareação marcada pelo Ministério Público para a segunda-feira (21), no Rio de Janeiro, com o empresário Paulo Marinho, sobre o vazamento da Operação Furna da Onça, em 2018. O filho do presidente afrontou o MP e mandou dizer que está no Amazonas. “Com certeza alguém mentiu, né? E não fui eu”, disse Marinho ao chegar à sede do MP. Paulo Marinho chegou por volta das 14h30 à sede do Ministério Público Federal, no Centro do Rio, e disse que não tinha nada a esconder e que quem tinha que se explicar era o senador. **Pág. 3**

Isenção para igrejas. Nove deputados gaúchos mudam de posição sobre a emenda jabuti

Ao menos nove dos 17 deputados gaúchos que foram a favor da emenda que tratou sobre dívidas das igrejas admitem que vão mudar o voto. Eles disseram que foi um erro coletivo e usaram a expressão “jabuti” para se referir à emenda enxertada em projeto sem ter relação com o texto original. **P. 3**

Desemprego acelera e atinge 13,7 milhões de pessoas

Associação de economistas repele PEC contra servidores

Associação Brasileira de Economistas pela Democracia divulga nota contra a reforma administrativa de Bolsonaro e Guedes

A Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED) divulgou no dia 16 de setembro uma nota contra a proposta de reforma administrativa do governo Bolsonaro, que tramita no Congresso Nacional por meio da PEC 32/2020.

“A Reforma Administrativa não resolve nenhum dos problemas reais do setor público brasileiro e cria ou piora muitos outros”, diz o manifesto da entidade, ao destacar que a proposta do governo parte do pressuposto equivocado, de que o péssimo desempenho econômico do país se deve exclusivamente aos salários dos servidores.

A associação defende que o caminho para retirar o Brasil da crise não está na destruição dos serviços públicos, mas no fortalecimento do Estado. “Para que o Brasil cresça de forma sustentada, enfrentando sua enorme dívida social e ambiental, é preciso que o governo seja capaz de implementar políticas públicas, não somente aumentando a cobertura social e territorial, como aprimorando a qualidade dos serviços prestados”. “Por isto mesmo, lutamos para o fortalecimento do Estado, jamais pelo seu enfraquecimento”.

Publicamos a seguir, a íntegra da nota.

A Reforma Administrativa não resolve nenhum dos problemas reais do setor público brasileiro e cria ou piora muitos outros

“A Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED) é uma organização sem fins lucrativos e suprapartidária, que atua para construir um projeto de desenvolvimento para o Brasil sustentável, dinâmico e inclusivo, voltado para a redução das desigualdades sociais e regionais, eliminação da fome e da pobreza, respeito ao meio ambiente e aos direitos da cidadania, assim como para a valorização da cultura e da identidade e soberania nacional.

A ABED DF vem a público se manifestar contra a proposta de reforma administrativa que o governo federal apresentou à sociedade brasileira por meio da PEC 32/2020. Ela parte do pressuposto equivocado de que o péssimo desempenho econômico do país se deve quase exclusivamente aos salários de servidores públicos. Para sustentar esse argumento falacioso, distorce e sonega informações, tal como ocorreu com as reformas trabalhista e previdenciária, sem que nenhum resultado positivo ou prognóstico do governo e da grande mídia tenham até o momento se realizado.

No que diz respeito à proposta da equipe do governo Bolsonaro, há ao menos três aspectos negativos que precisam ser destacados:

1. A proposta prevê o fim do Regime Jurídico Único para novos contratados, exceção feita àqueles que ingressarem nas chamadas carreiras típicas de Estado, as quais tampouco estão definidas na PEC, reforçando a ideia de que esse conceito já está, em si mesmo, ultrapassado; afinal, o que seria mais típico de Estado no atual contexto pandêmico que as carreiras das áreas de saúde, assistência social, educação e meio-ambiente? Para as demais formas de contratação alinhavadas na PEC, prevê-se o fim da estabilidade funcional dos servidores nos respectivos cargos públicos, introduzindo-se, a partir de então, problemas notórios de assédio moral e institucional contra funcionários e organizações, riscos de fragmentação e descontinuidade das políticas públicas de caráter permanente e aumento da incerteza da população e mesmo dos empresários com relação à qualidade, tempestividade e cobertura social e territorial das entregas de bens e serviços por parte do Estado.

2. A proposta prevê a exploração – com sua respectiva priorização – do princípio da subsidiariedade, por meio do qual inverter-se-á o espírito original da Constituição Federal de 1988, fazendo com que o Estado atue de forma subsidiária, coadjuvante – poderíamos dizer, subalterna – aos setores empresariais privados

na provisão de bens e serviços à sociedade. O Estado auxiliaria e supriria a iniciativa privada em suas deficiências e carências, só substituindo excepcionalmente. A atuação do Estado seria a exceção, não a regra. Se aprovada, esta proposta reforçará sobremaneira os vetores de exclusão, desigualdades, pobreza e heterogeneidades já presentes em larga escala na realidade brasileira.

3. A proposta prevê a criação de super poderes ao presidente da República, ao transferir para seu raio de discricionariedades as decisões (unilaterais) sobre criação ou destruição de organizações, carreiras e cargos no âmbito da administração pública federal. Obviamente, esta medida, em si mesma antirrepublicana e antidemocrática, reforçará os traços patrimonialistas-oligárquicos da cultura política tecnocrática e autoritária brasileira, que de modo lento, mas correto, estava sendo transformada desde a Constituição de 1988 pela ampliação da transparência e da participação cidadã no trato da coisa pública.

O fato é que são pífias ou inexistentes as preocupações do governo Bolsonaro com o desempenho governamental ou com a melhoria das condições de vida da população brasileira. Travestida de reforma administrativa, trata-se na verdade de mais uma medida de ajuste fiscal.

O Brasil não possui número excessivo de servidores públicos

Contra o argumento oficial que busca justificar a reforma administrativa, faz-se mister ressaltar que não há número excessivo de servidores no Brasil. Dados do Banco Mundial revelam que a razão entre a quantidade de funcionários públicos e a população no país é de apenas 5,6%. Essa proporção é um pouco maior que a média da América Latina, de 4,4%, mas menor que a média da OCDE, que é de aproximadamente 10%.

Como proporção da população economicamente ativa, e considerando uma série de dados de 1992 a 2017, verifica-se que o percentual de vínculos públicos passou de 9% a tão somente 11% do total, desautorizando interpretações que insistem em destacar um movimento explosivo do emprego público no Brasil. A esfera federal representa apenas 12% do funcionalismo público total do país. Significa que a expansão dos vínculos públicos se concentrou essencialmente em âmbito municipal. Entre 1986 e 2017, os vínculos públicos passaram de 1,7 milhões para 6,5 milhões nos municípios; de 2,4 milhões para 3,7 milhões nos estados e de pouco menos de 1 milhão para apenas 1,2 milhão no nível federal, considerando servidores civis e militares.

Aumentam escolarização e qualificação dos funcionários públicos

Dados oficiais mostram que a força de trabalho ocupada no setor público brasileiro se escolarizou e se profissionalizou para o desempenho de suas funções. A expansão ocorreu com vínculos públicos que possuem nível superior completo de formação, que passaram de pouco mais de 900 mil para 5,3 milhões, de 1986 a 2017. Percentualmente, este nível saltou de 19% do contingente de vínculos em 1986 para 47% em 2017.

Nos municípios, a tendência de aumento de escolarização foi também bastante acentuada. A escolaridade superior completa aumentou de 10% para 40% entre 1986 e 2017. Nesse nível federativo, chama atenção as ocupações que constituem o núcleo dos serviços de assistência social, saúde e educação (tais como professores, médicos, enfermeiros e agentes de assistência e saúde), que correspondem atualmente a 40% do total dos vínculos públicos existentes no Brasil, razão essa suficiente para desaconselhar qualquer reforma administrativa que objetive reduzir ou precarizar essas ocupações.

Leia a continuação da nota no site: <https://horadopovo.com.br/associacao-de-economistas-rechaca-ataques-de-bolsonaro-a-servidores/>



Governo coloca à venda as refinarias Getúlio Vargas e Landulpho Alves

Fachin vota contra manobra que permite a privatização de refinarias da Petrobrás

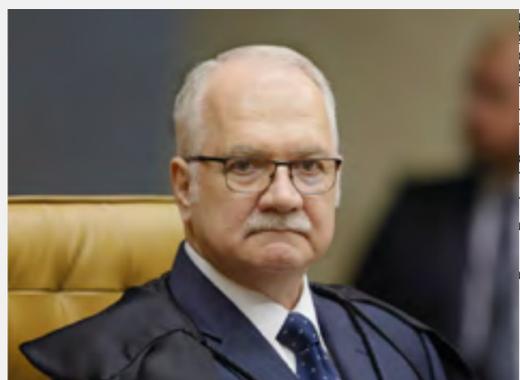
O ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin votou na sexta-feira (18) favorável à liminar que impede a criação de subsidiárias da Petrobrás para posterior privatização, conforme manobra implementada pelo governo Bolsonaro de desmonte da maior estatal brasileira.

Fachin é o relator do processo que está em julgamento no Supremo a pedido das Mesas do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara dos Deputados para que o Supremo paralise imediatamente as privatizações das refinarias da Petrobrás e se manifeste sobre a decisão do governo de transformar as plantas em subsidiárias para vendê-las sem autorização do Legislativo. Os demais ministros têm até o dia 25 de setembro para se pronunciar sobre a medida cautelar na Reclamação 42576 no STF.

Em 6 de junho de 2019, o STF decidiu que a alienação de empresas-matrizes só pode ser realizada com autorização do Parlamento e desde que precedida de licitação, mas liberou dessas exigências as subsidiárias. O governo se aproveita dessa brecha para esvaziar a Petrobrás, transferindo seus ativos, como as refinarias, através da criação de subsidiárias para posterior alienação.

Em julho deste ano, o Congresso Nacional, o Senado Federal, presididos pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), e a Câmara dos Deputados, presidida por Rodrigo Maia (DEM-RJ), encaminharam ofício ao Supremo alertando para a manobra do governo de “fatiar” a Petrobrás, transferindo ativos em subsidiárias para privatização, sem aval do Legislativo.

“Veio a público a existência de uma estratégia engendrada” pela direção da estatal brasileira que visa “alijar o Congresso Nacional (rectius: sociedade brasileira) de participar das deliberações que podem levar, em último grau, ao esvaziamento completo do



Ministro Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal

patrimônio desse ente da administração pública indireta”, diz o documento do Legislativo entregue ao STF.

O governo Bolsonaro anunciou a privatização de 8 refinarias da Petrobrás e está acelerando a entrega das refinarias Landulpho Alves na Bahia (Rlam) e Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar). A primeira, localizada na Bahia, está sendo negociada com o fundo Mabadala de Abu Dhabi, e a segunda com a Shell e o Grupo Ultra.

“Não se está afirmando que essa venda não seja possível, necessária ou desejável dentro do programa de desinvestimentos da empresa, mas que essa ação depende do necessário crivo do Congresso Nacional e procedimento licitatório”, afirmou Fachin.

Segundo o relator, o refino do petróleo é monopólio da União, mesmo que possa ser exercido por terceiro, e por isso precisa do controle do Legislativo para ocorrer.

Para o Legislativo, conforme o documento entregue ao Supremo, as refinarias “são parte integrante da empresa-matriz. Para desviar-se dos condicionantes da decisão do STF e, principalmente, de eventual controle do órgão de soberania popular, a Petrobrás almeja “fatiar” esses ativos estratégicos, pertencentes ao patrimônio da controladora. Essas novas empresas

serão criadas artificialmente com o exclusivo propósito de propiciar a posterior venda direta ao mercado”.

“Essas novas empresas serão criadas artificialmente com o exclusivo propósito de propiciar a posterior venda direta ao mercado”, continua o documento. “A prática, se for levada a efeito de maneira gradual e contínua, abrirá caminho para que meros atos do Conselho de Administração da Companhia, do qual participam, por óbvio, representantes do Poder Executivo, e não do Legislativo, permitam o desmembramento da ‘empresa-mãe’ em várias subsidiárias para, a seguir, alienar o controle de cada uma delas. Ao fim e ao cabo, por essa sistemática, será possível dispor, paulatinamente, de todo o patrimônio estratégico da empresa”.

Os petroleiros comemoraram a decisão do ministro Fachin. Para a Federação Única dos Petroleiros (FUP), “felizmente o ministro Edson Fachin percebeu que o governo quer burlar a decisão do STF e vender a Petrobrás sem passar por um processo licitatório transparente e sem aval do Congresso Nacional”. “Esperamos que os demais ministros sigam Fachin tendo em vista a própria decisão do STF que proibiu a venda da empresa-matriz”, completou.

Para Bolsonaro, tem gente demais comendo

Ao comentar o aumento do preço do arroz com apoiadores no Palácio da Alvorada, Bolsonaro afirmou que o preço do ovo também aumentou, mas que isso faz parte da “lei da oferta e da procura”.

“Aumentou o preço do ovo também, né? É a lei da oferta e da procura. É igual o arroz”, disse Bolsonaro, na manhã desta quarta-feira (16). Por conta da disparada dos preços do arroz, da carne, e de outros alimentos em meio a pandemia, o ovo passou a ser opção das famílias brasileiras que estão com dificuldade para ter acesso outros alimentos que estão caros.

De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da USP, a caixa com 30 dúzias de ovos vermelhos, que saía a R\$ 101,83 em 28 de agosto, subiu para R\$ 105,40 em 4 de setembro e para R\$ 105,79 em 11 de setembro. O ovo branco, nas mesmas datas

foi de R\$ 81,61 para R\$ 87,30 e chegou a R\$ 87,47.

Em abril, este alimento do dia a dia dos brasileiros chegou a R\$ 137,87 (vermelhos) e a R\$ 116,85 (brancos).

O motivo desta disparada dos preços dos alimentos no Brasil é a exportação, que está sendo feita de forma descontrolada, de nossos produtos para outros países. Com o dólar nas alturas, especuladores estão aproveitando para aumentar, ou reaver ganhos, na pandemia. No outro lado, os alimentos que não são exportados acabam subindo por influência das proteínas e grãos que ficaram mais caros.

Para Bolsonaro isto é normal. “É a lei da oferta e da procura”. Por Bolsonaro, hoje, com a economia em recessão, queda vertiginosa da renda e com o desemprego acima dos 13% no País, as famílias brasileiras, principalmente, as que vivem às margens da

miséria, para ter acesso aos alimentos que são produzidos em seu próprio País, vão ter que saquear os supermercados ou vão morrer de fome.

Mas é certa essa lógica de que o Estado não deve intervir nos preços ou no mercado de exportação de alimentos, com o fim de proteger a sua população de especuladores de commodities (grão, carnes, soja etc.), de problemas causados pelas entressafras, entre outros?

Na pandemia, os governantes de países, que estão no topo da exportação de alimentos no mundo, decidiram suspender novos contratos de exportação na pandemia, com objetivo de proteger seu povo da escassez de alimentos e das altas dos preços.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/para-bolsonaro-preco-do-ovo-esta-alto-porque-tem-gente-demais-comendo-o-produto/>



Desemprego recorde atinge 13,7 milhões de pessoas, diz IBGE

Taxa de desocupação chegou a 14,3%, na quarta semana de agosto

Em apenas uma semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou um aumento de 1 milhão de pessoas na fila do desemprego. Os dados da versão especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PnadCovid 19), divulgada semanalmente com levantamentos sobre o emprego durante a pandemia, se refere à última semana de agosto, quando a taxa de desemprego atingiu 14,3% – a maior desde o início do levantamento. Na pesquisa anterior, da terceira semana do mês, a taxa de desocupação era de 13,2%. Em maio, de 10,5%.

Assim, o número de desempregados, considerando apenas os que efetivamente procuraram trabalho nos dias antecedentes à pesquisa, chegou a 13,7 milhões de pessoas.

O diagnóstico do IBGE é que a flexibilização do isolamento fez com que pessoas que não estavam procurando emprego por conta da pandemia tenham voltado à busca, fazendo com que esse número explodisse.

“No início de maio, todo o mundo estava afastado, em distanciamento social, e não tinha uma forte procura [por emprego]. O mercado de trabalho estava em ritmo de espera para ver como as coisas iam se desenrolar. As empresas estavam fechadas e não tinha local onde essas pessoas pudessem trabalhar. Então, à medida que o distanciamento social vai sendo afrouxado, elas vão retornando ao mercado de trabalho em busca de atividades”, apontou a gerente da pesquisa, Maria Lúcia Vieira.

No entanto, a margem de crescimento do desemprego também se deve à redução da ordem de 1,7 milhões de trabalhadores no número de pessoas ocupadas, segundo a pesquisa. A Pnad COVID19 estimou em 82,2 milhões a população ocupada do país na semana de 23 a 29 de agosto e uma queda em relação à semana de 3 a 9 de maio (83,9 milhões de pessoas).

Informalidade

De acordo com o IBGE, da terceira para a quarta semana de agosto houve um aumento na taxa de informalidade para 34% – ante 33,4% anterior. A soma de trabalhadores em atividades informais chegou a 27,9 milhões de pessoas – 300 mil a mais. Apesar do aumento no número de informais, esse dado também não foi suficiente para reduzir a taxa de desemprego.

O levantamento foi feito entre os dias 13 e 29 de agosto. Apesar de também avaliar o mercado de trabalho, a Pnad Covid19 não é comparável aos dados da Pnad Contínua, que é usada como indicador oficial do desemprego no país. Os dados da Pnad Contínua mais atuais são referentes a julho, e apontaram uma alta do desemprego para 13,3%, com queda recorde no número de ocupados.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP)

“Minha meta é trazer grandes investimentos e reindustrializar S. Paulo”, afirma Orlando Silva

“Esse papo de que indústria é coisa do passado e que o mundo inteiro vive de serviços é conversa fiada. Essa conversinha é para desmontar a indústria brasileira”, disse o deputado em entrevista ao HP

“As grandes economias estão dobrando as apostas na indústria. A China tem o programa ‘Made in China’ que é um programa de investimento pesado na indústria chinesa. ‘Indústria 4.0’ é o nome do programa de política industrial da Alemanha, a ‘Nova Manufatura’ é o programa de retomada da indústria nos EUA”.

“No dia 1º de janeiro de 2021, quando eu sentar na cadeira de prefeito da cidade, eu quero ter à mão um conjunto de medidas que tenho chamado de plano emergencial para a geração de emprego e renda na cidade de São Paulo. A retomada do programa de obras públicas é uma questão importante”, apontou Orlando, candidato a prefeito da cidade de São Paulo, na conversa com Pedro Bianco e Sérgio Cruz.

“O ensino integral vai ser parte da nossa estratégia, focada em territórios e etapas, como Flávio Dino faz no Maranhão”, acrescentou o deputado. Meu foco será governar para os que mais precisam”, acrescentou.

“Quando nós falamos que ele [Bolsonaro] é um genocida é porque uma atitude diferente dele poderia ter poupado dezenas de milhares de vidas de brasileiros. Como você bem lembrou, prefeitos e governadores foram decisivos. E o trabalho que o Congresso Nacional fez foi muito importante porque o SUS, que é um colosso, o SUS, que é uma política de Estado, que garante o atendimento universal ao conjunto da população brasileira, de temas como calendário vacinal até temas de alta complexidade, ele iria explodir se não houvesse uma recomposição do orçamento, feita pelo Congresso Nacional”, defendeu o candidato.

Segue trechos da entrevista:

HORA DO POVO: É um prazer muito grande receber aqui no HP para a nossa entrevista o deputado Orlando Silva, candidato a prefeito de São Paulo. A nossa primeira pergunta é sobre os problemas da cidade de São Paulo, que a pandemia agudizou mais e mostrou outros. Aquele que assumir a cidade em 2021, vai assumir uma cidade com uma série de dificuldades. Quais vão ser as suas primeiras ações e quais serão os focos do seu governo?

ORLANDO SILVA: São Paulo é uma cidade marcada por desigualdades, ela é tão rica como desigual.

(...) Portanto, o que a pandemia pôs a nu foi uma desigualdade brutal na cidade de São Paulo, tanto que a Covid que é uma doença que vem do exterior, que chegou aqui com quem foi fazer turismo pela Europa, rapidamente se espalhou pela periferia, rapidamente alcançou números muito elevados na periferia. O primeiro distrito em que explodiu a contaminação do vírus foi a Brasilândia, que é um distrito muito popular, inclusive com a presença negra muito forte. Depois ele se expandiu com muita força para a zona leste, sobretudo Cidade Tiradentes, e por aí foi.

Agora, no dia 1º de janeiro de 2021, quando eu sentar na cadeira de prefeito da cidade, eu quero ter à mão um conjunto de medidas que tenho chamado de plano emergencial para a geração de emprego e renda na cidade de São Paulo.

HORA DO POVO: Com Orlando na prefeitura a maior capital da América Latina poderá pensar em voltar a pulsar firme e puxar a retomada da economia nacional?

ORLANDO SILVA: A cidade pode se ancorar no polo científico que São Paulo tem. A nossa cidade concentra o maior polo científico da América Latina para produzir uma reindustrialização de um novo tipo. Há uma profunda transformação na indústria. Há quem fale de revolução 4.0, indústria 4.0, quarta revolução técnico científica, o fato é que nós temos aplicado cada vez mais a ciência ao processo produtivo. (...)

(...) A China tem o programa “Made in China” que é um programa de investimento pesado na indústria chinesa. “Indústria 4.0” é o nome do programa de política industrial da Alemanha, a “Nova Manufatura” é o programa de retomada da indústria nos Estados Unidos da América. Esse papo de que indústria é coisa do passado e que o mundo inteiro vive de serviços é conversa fiada porque nos países centrais a indústria tem peso. Essa conversinha é para desmontar a indústria brasileira.

(...) A China hoje está na fronteira, os EUA está correndo atrás na tecnologia 5G. Quem está com recursos para investir em infraestrutura no Brasil são eles. O Bolsonaro está ali atrás do americano que está correndo atrás dos chineses. A ordem está completamente fora de lugar, mas eu estou muito animado em me inspirar em coisas que está dando certo no mundo e no Brasil com Flávio Dino e fazer um programa ousado para a nossa cidade.

HORA DO POVO: Qual é a sua avaliação da Educação na cidade de São Paulo?

ORLANDO SILVA: Eu acredito que o tempo integral tem que estar no horizonte, porque é um desafio do Brasil. Educação em tempo integral é uma pauta que já completou 100 anos. Anísio Teixeira, educador baiano, há 100 anos ajudou a publicar o manifesto pela escola nova. Esse manifesto de educadores já sinalizava a necessidade de educação integral. Ele que inspirou o Darcy Ribeiro na construção dos CIEPs. É a mesma ideia do Anísio Teixeira de escola em tempo integral. Esse é o desafio.

A entrevista completa está em www.horadopovo.com.br - <https://horadopovo.com.br/minha-meta-e-trazer-grandes-investimentos-e-reindustrializar-sp-diz-orlando/>

Flávio Bolsonaro escapole da acareação com Paulo Marinho



Fotomontagem/HP

O empresário Paulo Marinho e o senador Flávio Bolsonaro, do Republicanos

“Atitude de Mike Pompeo em Roraima é afronta ao Brasil” denuncia Maia

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), repudiou nesta sexta-feira (18) a visita do secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, às instalações da Operação Acolhida em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Para Maia a presença do norte-americano na fronteira do país é uma “afronta às políticas brasileiras externa e de defesa.”

Em nota, o presidente da Câmara disse que “a visita do secretário [...], no momento em que faltam apenas 46 dias para a eleição presidencial norte-americana, não condiz com a boa prática diplomática internacional e afronta as tradições de autonomia e altivez de nossas políticas externa e de defesa.”

O deputado acrescentou que, por ser presidente da Câmara, sentia-se na “obrigação” de destacar que a Constituição Federal prevê que o Brasil oriente suas relações internacionais pautado nos princípios de independência, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção e da defesa da paz.

Numa clara atitude de

provocação, Pompeo disse durante a visita, que os EUA vão “tirar” Nicolás Maduro da presidência da Venezuela. “O Barão do Rio Branco deixou-nos um legado de estabilidade em nossas fronteiras e de convívio pacífico e respeito com nossos vizinhos na América do Sul. Semelhante herança deve ser preservada com zelo e atenção, uma vez que constitui um dos pilares da soberania nacional e verdadeiro esteio de nossa política de defesa”, afirmou Rodrigo Maia no documento.

Junto com o secretário do governo Donald Trump estava o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, figura marcada por uma total subserviência ao governo norte-americano. Os dois provocaram aglomeração no Posto de Identificação e Triagem da Operação Acolhida, na capital Boa Vista.

Leia a íntegra da nota de Rodrigo Maia:

A visita do Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, nesta sexta-feira, às instalações da Operação Acolhida, em Roraima, junto à fronteira com a Venezuela, no momento em que faltam apenas 46

dias para a eleição presidencial norte-americana, não condiz com a boa prática diplomática internacional e afronta as tradições de autonomia e altivez de nossas políticas externa e de defesa.

Como Presidente da Câmara dos Deputados, vejo-me na obrigação de reiterar o disposto no Artigo 4º da Constituição Federal, em que são listados os princípios pelos quais o Brasil deve orientar suas relações internacionais. Em especial, cumprir ressaltar os princípios da: (I) independência nacional; (III) autodeterminação dos povos; (IV) não-intervenção; e (V) defesa da paz.

Patrão da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco deixou-nos um legado de estabilidade em nossas fronteiras e de convívio pacífico e respeito com nossos vizinhos na América do Sul. Semelhante herança deve ser preservada com zelo e atenção, uma vez que constitui um dos pilares da soberania nacional e verdadeiro esteio de nossa política de defesa.

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Nove deputados gaúchos que votaram pela emenda jabuti mudam de posição

Ao menos nove dos 17 deputados gaúchos que foram a favor da emenda que tratou sobre dívidas das igrejas junto à Receita Federal, introduzida em um projeto de lei que tratava sobre o pagamento de precatórios, admitem que vão mudar o voto, afirmou reportagem do início da semana no jornal Zero Hora.

Alguns parlamentares usaram a expressão “jabuti” para se referir à emenda que foi incluída a um projeto sem ter relação original com o texto original.

O deputado Pedro Westphalen (PP) afirmou que votar a favor “foi um erro coletivo”. “Felizmente foi vetado e vou votar para manter o voto. Foi um erro coletivo, um jabuti colocado e que teve orientação dos líderes do governo, do partido e da maioria para aprovar. Ninguém sabia da dimensão de R\$ 1 bilhão (das dívidas), ainda mais em tempos de pandemia”.

Justiça mantém filha de Roberto Jefferson na prisão

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), desembargador Cláudio de Mello Tavares, indeferiu, na manhã deste domingo (20), o pedido de relaxamento de prisão feito pela defesa de Cristiane Brasil (PTB), filha do ex-deputado Roberto Jefferson, também condenado por corrupção, e candidata a Prefeitura do Rio.

Ela responde por atos praticados entre maio de 2013 e maio de 2017, quando assumiu secretarias municipais nas gestões de Eduardo

disse o parlamentar.

O grupo afirma que votará pela manutenção do veto de Jair Bolsonaro à proposta – portanto, proibindo o perdão. A emenda é de autoria do deputado federal David Soares (DEM-SP), filho do pastor R. R. Soares, criador da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Assim que vetou o texto referente às igrejas, Bolsonaro afirmou que, se fosse parlamentar, votaria pela derrubada do veto: “Confesso, caso fosse deputado ou senador, por ocasião da análise do veto que deve ocorrer até outubro, votaria pela derrubada do mesmo”, escreveu.

Os parlamentares interpretaram essa atitude do presidente como uma forma de Bolsonaro jogar o desgaste do perdão da dívida bilionária para o Congresso Nacional.

Além dos deputados do PP, também admitiram que vão mudar de posição Bibó Nunes e Sanderson,

Paes e Marcelo Crivella. Roberto Jefferson é o novo integrante da tropa bolsonarista.

Segundo o Ministério Público do Rio, Cristiane Brasil integra o núcleo político composto ainda pelo secretário estadual de Educação, Pedro Fernandes; Sérgio Fernandes, ex-presidente da Fundação Leão XIII; e João Mattos, ex-administrador financeiro da instituição, todos presos no Complexo de Gericoão, em Bangu, com exceção do Secretário que está com Covid-19. A quadrilha teria desviado

ambos do PSL. Esses dois parlamentares votam com o Planalto, mas desta vez não vão atender ao pedido do presidente.

“Não posso ser a favor de algo que cometa crime de responsabilidade fiscal. O perdão da dívida por causa da pandemia sou a favor, mas não para sempre. Voto pela manutenção do veto”, afirmou Bibó.

Alguns deputados argumentam que, com a votação remota, ficou mais difícil ter acesso ao conteúdo das emendas e, neste caso específico, acabou “passando batido”: “O governo fez acordo, orientou e largou o jabuti no meio do texto e foi pescar. Eu sei que não justifica não termos lido, mas nunca tinha visto um jabuti tão bem colocado”, afirmou um parlamentar.

Três deputados gaúchos ainda estão avaliando o tema, e apenas a deputada Liziane Bayer (PSB) admite que não irá mudar seu voto, mantendo o perdão da dívida.

cerca de R\$ 30 milhões de cofres públicos.

Para decidir pela manutenção da prisão preventiva de Cristiane Brasil, o desembargador afirmou que “apura-se que há robusto panorama probatório superficial de que a paciente exerceu pressão política para auferir rendimentos dos contratos cartelinizados, e, valeu-se da sua condição de detentora de cargo de secretariado de município e deputada federal para garantir o sucesso da empreitada criminosa.”

“Com certeza alguém mentiu, né? E não fui eu”, disse Paulo Marinho ao chegar à sede do Ministério Público

O senador Flávio Bolsonaro não compareceu à acareação marcada pelo Ministério Público do Rio para esta segunda-feira (21) com o empresário Paulo Marinho, sobre o vazamento da Operação Furna da Onça, em 2018. O filho do presidente afrontou o MP e mandou dizer que está no Amazonas.

A acareação estava marcada para as 15h. Paulo Marinho chegou por volta das 14h30 à sede do Ministério Público Federal, no Centro do Rio, e disse que não tinha nada a esconder e que quem tinha que se explicar era o senador.

A defesa de Flávio Bolsonaro já vinha dizendo, desde quando ele foi intimado, que o senador não iria comparecer porque teria a prerrogativa de marcar horário e local. O MPF entende que não, que ele tem que comparecer e só pode se ausentar se apresentar um atestado médico.

O Ministério Público Federal ainda não se posicionou sobre a ausência de Flávio Bolsonaro, mas há uma ideia de ir até o Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar uma punição ao senador.

O MPF marcou a acareação porque considera que um dos dois mentiu em depoimento sobre o vazamento da operação. “Com certeza alguém mentiu, né? E não fui eu”, disse Marinho ao chegar à sede do MP.

Marinho disse que Flávio Bolsonaro o procurou no final de 2018, quando ele ainda era aliado de seu pai, dizendo que um delegado da Polícia Federal o informou sobre a operação e pediu ajuda. Neste momento, Flávio foi orientado a afastar Queiroz de seu gabinete e a filha dele do gabinete do então deputado federal Jair Bolsonaro.

Marinho contou detalhes da reunião ocorrida no dia 13 de dezembro de 2018, na casa do empresário. Ele reproduziu o que ouviu de Victor Granado sobre a dinâmica para receber informações vazadas de um delegado da PF. Disse que a primeira tentativa se deu por telefone para Miguel Angelo Braga. Flávio, então, escolheu três pessoas que trabalharam com ele para pegar a informação com o delegado da PF: Victor Granado, amigo de Flávio; Valdenice Meliga, ex-assessora; e o próprio Miguel Angelo Braga, seu atual chefe de gabinete.

“O Braga fala com o Flávio, o Flávio designa então que o Braga, o Victor e a Val fossem ao encontro dessa pessoa para saber do que se tratava. E aí fizeram contato e marcaram um encontro na porta da Polícia Federal. Este delegado disse aos três ou disse ao Braga: ‘Vocês, quando chegarem, me telefonem que eu vou sair de dentro da Superintendência, até para você ver que sou um policial que estou lá dentro, e lá fora a gente conversa’”, afirmou Marinho.

O empresário disse que Victor, então, conta que o delegado antecipou a Operação Furna da Onça. E vazou outra informação: que a operação não seria desflagrada no mês da eleição de 2018 para não atrapalhar Bolsonaro.

“E aí esse delegado disse a eles: ‘Essa operação vai alcançar

Bolsonaro usava parentes como servidores fantasmas para desviar recursos públicos

A quebra de sigilos bancários de funcionários fantasmas envolvidas na lavagem de dinheiro nos gabinetes de Flávio e Carlos Bolsonaro na Assembleia Legislativa e Câmara do Rio revela que um parente da ex-mulher de Bolsonaro, Guilherme Henrique dos Santos Hudson, que cursou Agulhas Negras junto com o ex-capitão, era assessor de Flávio, fez saques que somam R\$ 260 mil em dinheiro vivo e tinha mulher e filhos nomeados nos gabinetes de Flávio e Carlos.

O militar é casado com Ana Maria de Siqueira Hudson, tia de Ana Cristina Siqueira Valle, segunda mulher de Jair Bolsonaro. Eles possuem três filhos e apenas um integrante dos Hudson nunca constou como assessor da família Bolsonaro. Segundo O Globo, as retiradas de Hudson, superiores a R\$ 10 mil em cada ocasião, foram identificadas pelo banco com uma observação: “procedimento indica saque em espécie”, registro obrigatório nas instituições financeiras em operações desse tipo.

Uma das funções de Hudson era fazer as declarações de imposto de renda de vários investigados nos últimos anos. Os documentos da fisiculturista Andrea Siqueira Valle, irmã de Ana Cristina, foram entregues para a Receita Federal com um endereço na rua Erick Nordskog, no bairro Jardim Brasília 2, em

o Queiroz e a filha dele. Estão no seu gabinete e no gabinete do seu pai. Tem movimentação bancária e financeira suspeita. E nós estamos aqui... eu estou... eu sou simpaticante do seu pai, do Bolsonaro, e vamos tentar não fazer essa operação agora entre o primeiro e o segundo turno para não criar nenhum embaraço durante a campanha”, relatou Marinho.

“Como disse que a operação não iria acontecer para não criar nenhuma dificuldade, eventualmente, pela narrativa que a operação ia trazer, pela presença do Queiroz e da filha”, acrescentou o empresário. “Porque logo após o encontro, Queiroz e filha são demitidos, tá certo? Então, Flávio deve ter informado ao pai, e o pai, imediatamente, mandou demitir”, completou Marinho.

Em outro momento, o empresário contou que Victor Granado, amigo de Flávio, relatou que obrigou Fabrício Queiroz a passar as senhas do banco após saber que ele seria mencionado na Operação Furna da Onça.

“Aí o Victor começou o relato. Disse: ‘Olha, eu ontem estive com o Queiroz e eu obriguei o Queiroz a me repassar todas as senhas das contas bancárias dele, e eu passei essa madrugada toda entrando nas contas do Queiroz e os montantes que eu descobri, informei agora de manhã para o Flávio, são muito superiores a esses que a imprensa está noticiando. Inclusive, porque esses se referem a anos anteriores a esses que a imprensa está noticiando’”, disse Marinho.

Flávio Bolsonaro confirmou, em seu depoimento ao procurador, Eduardo Benones, que participou do encontro, na casa de Marinho, mas negou que tenha havido “qualquer tipo de conversa por parte de Vitor Granado” sobre a operação da PF.

O advogado Victor Granado Alves também, amigo de longa data de Flávio, já havia admitido que participou de uma reunião com Flávio e Paulo Marinho na residência deste nesta mesma época citada por Marinho, mas alegou que estava ali na condição de advogado e que, por isso, tinha direito ao sigilo profissional.

Victor Alves, que é ligado a Flávio Bolsonaro há muitos anos, foi convocado pelo MP-RJ a depor, mas não compareceu. Após a recusa, o MPF converteu sua condição de testemunha na de investigado. Em habeas corpus concedido no sábado (18), o desembargador argumentou que o sigilo profissional dos advogados é inviolável.

Flávio Bolsonaro não era investigado na Furna da Onça, mas foi na operação que apareceu um relatório de inteligência do antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre uma movimentação financeira de R\$ 7 milhões entre 2014 e 2017 de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio.

Na sexta-feira (18), o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) se manifestou a favor da acareação, após ser consultado pelo MPF, porque há um habeas corpus que impede o advogado Victor Granado de ser ouvido.

Resende, local onde mora Hudson e sua mulher. As declarações de 2013 a 2018 foram todas entregues com esse endereço e o telefone do militar. Andrea nunca morou nesse endereço.

Na família Hudson, são cinco pessoas investigadas. O coronel e a mulher são alvo do MP nas investigações sobre Flávio e Fabrício Queiroz. Ele e a mulher tiveram o sigilo quebrado e foram alvo do mandato de busca e apreensão em dezembro do ano passado. Já no caso de Carlos estão o filho Guilherme, Ananda e Monique, as duas noras.

Na tarde do dia 30 de outubro de 2019, o coronel e o filho estiveram no gabinete de Carlos. No dia 9 de novembro, pouco mais de uma semana depois, Guilherme prestou depoimento aos promotores do MP.

Um de seus filhos e duas noras ocuparam cargos no gabinete de Carlos Bolsonaro ao longo desses anos. Guilherme de Siqueira Hudson, ainda estudante de Direito, foi transformado em chefe de gabinete em 2008, mas vivia em Resende e sequer teve contato até o fim de 2017, conforme reportagem da revista Época.

A maior parte dos saques ocorreu no ano de 2016, quando foram feitas 11 retiradas de dinheiro. Os dados indicam que as operações eram feitas mensalmente, normalmente no mesmo valor, entre R\$10 mil e R\$12,1 mil.

Bolsonaro ignora as queimadas e diz que Brasil 'está de parabéns'

Em 2020, quase 20% de todo o bioma do Pantanal já foi destruído pelas queimadas. Avião presidencial precisou arremeter devido à fumaça no Mato Grosso

Jair Bolsonaro afirmou, na quinta-feira (17), que o Brasil "está de parabéns" pela forma como preserva o meio ambiente, enquanto 20% do Pantanal já foi queimado, em ações criminosas. A declaração foi dada durante a inauguração de um complexo de produção de energia solar, na cidade de Coeremas, no Sertão da Paraíba.

"O Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente. E alguns não entendem como, é o país que mais sofre ataques vindo de fora no tocante ao seu meio ambiente. O Brasil está de parabéns da maneira como preserva esse seu meio ambiente", declarou.

A declaração de Bolsonaro acontece no momento em que o Pantanal já teve 2,9 milhões de hectares consumidos pelo fogo desde o início de 2020. De acordo com o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais), a área corresponde a quase 20% do todo o bioma.

No dia 16, o Pantanal brasileiro chegou a 15.756 focos de incêndio neste ano, o maior número de queimadas desde 1998, quando o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) começou a registrar números.

Comparado com 2005, o pior ano da série histórica até então para o período, o número de focos acumulados em 2020 é 56% maior.

O fogo se intensificou no mês de junho, quando as chuvas são menos frequentes. No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a estiagem atingiu o pior patamar dos últimos 50 anos. Essa situação contribuiu para as chamas se alastrarem com mais rapidez sobre uma das maiores planícies alagadas do planeta.

Mas se engana quem acre-

Dameres agiu diretamente para impedir que menina estuprada interrompesse a gravidez no ES

A ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos Dameres Alves agiu para impedir o aborto legal da menina de 10 anos que foi estuprada pelo próprio tio no Espírito Santo.

Dameres orientou uma operação de bolsonaristas para transferir a menina de São Mateus (ES) para um hospital em Jacareí (SP) com o objetivo de acompanhar a evolução do feto e realizar o parto, apesar do risco para a vida da criança violentada, segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo.

A menina, que era vítima de estupro desde os seis anos de idade, teve autorização judicial para a realização do aborto. Ela foi levada para a capital pernambucana para a interrupção da gravidez que colocava em risco a sua própria vida.

No entanto, mesmo com autorização judicial para o procedimento, a menina e seus familiares foram alvo de investidas para que o seu direito não fosse afetado.

A ministra chegou a se reunir com integrantes do ministério e aliados políticos para coagir a equipe que seria responsável pelo procedimento do aborto no estado e oferecendo privilégios ao conselho tutelar capixaba. Segundo a reportagem da Folha, participaram da ação Alinne Duarte de Andrade Santana, coordenadora geral de proteção à criança e ao adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Wendel Benevides Matos, coordenador geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, e mais dois assessores.

Além disso, funcionários de Dameres Alves teriam sido os responsáveis por vazar o nome da criança à blogueira Sara Giromini (mais conhecida como Sara Winter) que divulgou nas redes sociais. O ato foi uma afronta ao Estatuto da Criança para e do Adolescente, além de ter feito a família da vítima alvo de ameaças e pressão.

Nas redes sociais, a ministra

negou as acusações. Segundo Dameres, a "atuação ocorreu para fortalecer a rede de proteção à criança em São Mateus".

CESÁREA

Em entrevista ao jornalista Pedro Bial na semana passada, ela defendeu que a menina de 10 anos deveria ter levado a gravidez adiante e feito uma cesárea. Em sua fala, ela não leva em conta o risco de vida que há em uma gestação de uma menina de 10 anos.

"Os médicos do Espírito Santo não queriam fazer o aborto, eles estavam dispostos a fazer uma antecipação de parto. Mais duas semanas, não era ir até o 9 mês, Bial, a criança ficar nove meses grávida, conversa com os médicos. Mais duas semanas poderia ter sido feita uma cirurgia cesárea nessa menina, tirar a criança, colocar numa incubadora, se sobreviver, sobreviveu. Se não, teve uma morte digna", disse Dameres.

Ela também criticou o médico Olímpio Moraes Filho, que realizou a interrupção da gestação na menina com autorização da Justiça em um hospital de Recife (PE).

"Eu acredito que o que estava no ventre daquela menina era uma criança com quase seis meses de idade e que poderia ter sobrevivido. Discordo do procedimento do Dr. Olímpio, mas discordo de tudo o que aconteceu em torno dessa criança", disse Dameres a Pedro Bial.

Dameres também falou sobre a investigação de dois de seus assessores que são suspeitos de terem vazado a identidade e a localização do hospital onde a menina passaria pelo aborto. Ela disse que botaria a mão no fogo de que não foram eles os responsáveis.

Dezenas de militantes anti-aborto foram à porta do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam-UPE) tentar impedir a interrupção da gravidez da menina.

ditada que os focos de incêndios são causados pela própria natureza. Segundo perícias realizadas pelo Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (Ciman-MT), o fogo no Pantanal são provocados por pessoas há cerca de dois meses. Isso quer dizer que não são desastres naturais, mas crimes.

O Imasul (Instituto Nacional de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul), juntamente com Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil, apontaram 34 fazendas no Nabileque e Nhecolândia, onde o fogo pode ter começado.

Bolsonaro defende a impunidade para esse tipo de crime. Da mesma forma como aconteceu região amazônica, agora o Pantanal é alvo da destruição pelas queimadas com o mesmo objetivo: grilagem das terras e desmatamento.

No governo Bolsonaro, terras indígenas são invadidas e o Ministério do Meio Ambiente suspende ações contra a grilagem de terras. O presidente? Não fez nada. Está a cargo do Ministério Público a investigação sobre o caso sem contar sequer com uma declaração de apoio do presidente da República.

O avanço do fogo no Centro-Oeste do Brasil está pondo em risco uma das biodiversidades mais ricas do planeta.

Equipes de policiais e bombeiros que atuam no combate aos incêndios relatam um sentimento de tristeza e até mesmo de impotência em alguns casos, pois os incêndios no Pantanal estão deixando marcas de destruição na floresta, no solo, na água, no ar e principalmente sequelas graves nos animais que vivem na região.



Foto: Léo de Almeida

Rodovia Transpantaneira da a dimensão da destruição causada pelo fogo

Cinco milhões de doses da CoronaVac chegam em SP em outubro, diz Doria

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou neste domingo (20) que o estado vai receber 5 milhões de doses da vacina CoronaVac contra o Covid-19 desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan já no mês de outubro. A promessa do governo estadual é a de que a vacinação tenha início em janeiro de 2021.

O acordo com o laboratório chinês prevê o envio de doses prontas ou semi-prontas da CoronaVac fabricadas na China. Até esta segunda, o governo estadual afirmava que seriam 45 milhões doses ainda neste ano. Neste domingo (20), Doria disse, pelas redes sociais, que o total de doses será de 46 milhões apenas em 2020.

"Os testes continuam com os médicos e enfer-



Vacinação poderá começar já no mês de janeiro

meiros voluntários em seis estados e, em breve, se tudo correr como planejado, poderemos imunizar milhões de brasileiros. Vacina simboliza a esperança, a certeza de que tudo isso vai passar. Bom domingo a todos", disse Doria em postagem no Instagram.

Os detalhes do acordo do governo estadual com a Sinovac, laboratório chinês que desenvolve a vacina em parceria com o Butantan, são sigilosos. Se

a vacina for aprovada nos testes clínicos da fase 3, que estão em curso atualmente, sua produção em solo nacional será feita em uma fábrica que o governo estadual pretende adaptar.

No entanto, segundo o Butantan, o acompanhamento dos voluntários que participam dos testes só termina mesmo em outubro de 2021, ou seja, depois da data de início prometida para a vacinação da população.

STF atende pedido do governador e ordena retirada da Força Nacional do sul da Bahia

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, determinou nesta quinta-feira (17) que o Ministério da Justiça e Segurança Pública retire, em 48 horas, todo o efetivo da Força Nacional enviado irregularmente a assentamentos rurais nos municípios de Prado e Mucuri, no sul da Bahia.

Fachin atendeu ao pedido do governador Rui Costa, que apontou a irregularidade da presença da tropa no estado sem o aval do governo baiano.

O envio da Força Nacional foi determinado pela pasta em 1º de setembro e deveria atuar nas cidades até 2 de outubro de 2020.

O efetivo foi destacado para a região a pedido de Nabhan Garcia, chefe da milícia rural UDR, que possui cargo de secretário especial de Assuntos Fundiários no Ministério da Agricultura.

O governo da Bahia, no entanto, disse que não foi consultado pelo governo federal e enviou manifestação ao STF. Alegou que o emprego da Força Nacional só poderia ser feito através de solicitação do chefe do executivo do Estado, o que não foi feito. Também defendeu que a Constituição "não admite a intromissão de um ente da federação nas questões que sejam de competência do outro".

Além da retirada da Força Nacional, Fachin determinou que a União se manifeste sobre possível audiência de conciliação.

"Determino a citação da União, na pessoa do



Envio da tropa pelo governo Bolsonaro sem o pedido do governador baiano, Rui Costa, é ilegal

advogado-geral, devendo constar do mandado respectivo a cientificação do ente federal a fim de primeiramente declinar interesse na realização de audiência de conciliação entre as partes e, caso não haja interesse, apresentar resposta no prazo de 15 dias", disse o ministro na decisão.

RESPEITO À DEMOCRACIA

O governador da Bahia afirmou que a decisão mostra o respeito ao pacto federativo e à democracia.

"Quero agradecer e parabenizar o STF pelo respeito aos entes federados. Me orgulha de na Bahia darmos o exemplo, desde o governo Wagner, respeitando em cada cidade o prefeito ou prefeita, independentemente da sua filiação partidária, se votou ou não votou no governador. Nós temos que respeitar a vontade da população. Isso se chama pacto federativo. Isso se chama democracia. Infelizmente, o atual governo

(federal) não tem nenhum apreço e respeito pela democracia e pelo pacto federativo", disse Rui Costa.

Ele ressaltou que a Constituição brasileira é muito clara com relação ao respeito aos entes federados. "Portanto essa atitude é ilegal e, na minha opinião, beira ao crime de responsabilidade, além de ser um brutal desperdício de dinheiro. Acho que o Tribunal de Contas deve apurar esse processo". O governador explicou que o caso em questão não trata de disputa de terra, mas de um assento regular, existente há mais de dez anos.

"Não há disputa ali que exija força policial, para mediar ou evitar conflito. O assento é do Incra há mais de dez anos. O que está sendo resolvido lá agora é apenas papelada, documentação", disse Rui, classificando o envio da Força Nacional pelo governo federal como medida desnecessária e midiática.



Agência Câmara

Flordelis mandou executar o marido

Pastora assassina usará tornozeleira

A Justiça do Rio de Janeiro determinou nesta sexta-feira (18) que a deputada federal Flordelis (PSD-RJ) seja monitorada por tornozeleira eletrônica e fique em recolhimento domiciliar das 23h às 6h.

A decisão foi tomada após pedido feito pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) na sexta-feira passada (11), que citou um atentado a bomba denunciado por Regiane Ramos, uma testemunha do crime, ocorrido na madrugada de 4 de setembro. Segundo o órgão, a liberdade plena de Flordelis causa intranquilidade nas testemunhas ouvidas no caso. O MP-RJ também justificou o pedido citando a dificuldade da Câmara para localizá-la.

Flordelis e os filhos são réus em processo sobre a morte do marido, pastor Anderson do Carmo, assassina dentro de sua casa em Niterói, em junho do ano passado. A deputada é acusada de ser a mandante do crime.

A juíza Nearis dos Santos Carvalho Arce, da 3ª Vara Criminal de Niterói pediu que a Secretaria de Administração Penitenciária do Rio (Seap) seja intimada para a instalação do aparelho de monitoração com urgência.

A juíza negou o pedido de afastamento imediato de Flordelis da Câmara dos Deputados. Ela só não foi presa pela suposta ligação com a morte do pastor Anderson do Carmo, morto a tiros em junho de 2019, porque tem imunidade parlamentar.

A defesa de Flordelis declarou que vai tomar todas as providências e disse que a decisão "é equivocada, usa argumentos sem sentido e que a presunção de inocência tem sido deixada de lado no caso."

TESTEMUNHA

Na decisão, consta a necessidade da aplicação das medidas cautelares após uma testemunha do caso relatar medo. Regiane Ramos, que teve uma bomba jogada em sua residência, disse em depoimento que teme por sua integridade física, sentindo-se ameaçada "em especial" pela ré Flordelis e o corréu Adriano, filho de Flordelis preso acusado de envolvimento no crime.

Regiane Ramos é dona da oficina em que Lucas trabalhava antes do crime e consta no inquérito policial como testemunha por reafirmar a história de que Lucas César dos Santos teria recebido uma mensagem, via WhatsApp, com o plano para matar o pastor. Na época, Lucas teria comentado sobre a proposta e enviado a mensagem para Regiane ler.

Deputados criticam falta de ação federal para impedir as queimadas no Pantanal

Uma comissão externa da Câmara dos Deputados foi articulada para discutir a atual situação do Pantanal com as queimadas que têm atingido a região. Parlamentares que estiveram em Mato Grosso, no último fim de semana, informaram que a ideia é debater, especialmente com a população local, o futuro do bioma.

Eles criticaram a falta de ação do governo Bolsonaro frente à crise ambiental. Segundo os deputados, o governo federal está "só olhando" enquanto o Pantanal é destruído pelo fogo.

Na diligência, o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), e os deputados Professor Israel Batista (PV-DF) e Nilton Tatto (PT-SP), além de Rosa Neide, Paulo Teixeira e Dr. Leonardo, visitaram as localidades atingidas pelos incêndios florestais. O grupo conversou com entidades, bombeiros e gestores em busca de soluções para a emergência ambiental. O fogo já consumiu mais de 2 milhões de hectares do Pantanal. "Vimos a vegetação toda destruída pelo fogo, a fauna desaperada por água e comida. Qualquer pocinha de água está sendo super disputada. Muitos voluntários agindo sem qualquer organização. Ausência total de governo federal e estadual", afirmou Rodrigo Agostinho.

A deputada Rosa Neide (PT-MT) também apontou a ausência do governo federal no socorro à região. "Hoje, para salvar os animais, estamos contando com a mão e a consciência amiga de pessoas voluntárias. É uma situação muito triste. O Planalto não se mexeu. Ele não está olhando", reclamou.

Imagens e vídeos registrados pelos parlamentares e suas assessorias mostram um Pantanal completamente devastado pelo fogo, com o céu encoberto pela fumaça e chão seco, animais mortos ou gravemente feridos e ainda sobreviventes em busca da pouca água que restou em poças.

Paulo Teixeira classificou os incêndios de "criminosos" e disse que o fogo só será controlado pelo esforço humano, caso não chova. "Terá de ter mais presença federal, das Forças Armadas, de aviões Hércules, para cessar imediatamente o fogo", cobrou.

Ainda de acordo com Teixeira, uma política de prevenção deve envolver proprietários, prefeituras, voluntários, governos local e federal.

Correios: greve mantém parte dos direitos e conquista reajuste



Categoria entrou em greve no dia 17 de agosto contra retirada de direitos



Takemoto, presidente da Federação das Associações do Pessoal da Caixa

Reforma de Bolsonaro visa a destruição do Estado e dos serviços públicos, afirma Fenaec

“A Reforma Administrativa enviada por Bolsonaro ao Congresso Nacional tem o objetivo claro de acabar com direitos e a estabilidade dos servidores públicos e reduzir a atuação do Estado para facilitar as privatizações”, afirmou a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenaec), em artigo divulgado na terça-feira, 15.

“Ao contrário do que afirma o governo Bolsonaro e a equipe econômica de Paulo Guedes, a reforma administrativa vai afetar também os atuais servidores públicos e empregados das estatais. Um exemplo é a demissão por mau desempenho”, afirma a entidade.

De acordo com o presidente da Fenaec, Sergio Takemoto, “está muito claro que a proposta não tem o objetivo de trazer mais eficiência, aperfeiçoar o modelo de Estado ou melhorar a sua capacidade de oferecer serviços públicos de qualidade. Esta reforma está concentrada na perseguição dos servidores públicos, destruindo direitos e acabando com a proteção constitucional para que desempenhem suas funções sem apadrinhamento político ou perseguições ideológicas”. “O objetivo desta reforma é beneficiar os ‘amigos do Rei’ e punir quem presta serviços essenciais à sociedade”, ressalta Takemoto.

Um dos dispositivos da PEC 32/2020 que mais impactam os trabalhadores de empresas públicas e outras estatais está no Parágrafo 7º, que altera o Artigo 173 da Constituição, tornando “nula a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra a despedida para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades

por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não seja aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada”.

“Aos empregados das estatais, os acordos coletivos e convenções com objetivo de dar estabilidade ou evitar demissões não terão efeito. A PEC também fixa várias proibições sobre direitos e vantagens, que serão aplicados a todos, empregados e servidores, atuais e futuros, exceto se, para os atuais servidores ou empregados públicos, esses direitos já estiverem em lei. E neste sentido que a proposta de reforma afeta diretamente os empregados da Caixa Econômica Federal”.

“Responsáveis pela operacionalização de diversos programas sociais nas áreas de habitação, saúde e infraestrutura, os empregados do banco também estão à frente, desde o início da pandemia, do pagamento centralizado do auxílio e do FGTS emergenciais para mais de 100 milhões de pessoas: metade da população brasileira”, lembra a Fenaec.

“A estabilidade no serviço público e mecanismos contra demissões imotivadas são, na verdade, proteções ao Estado brasileiro. É uma garantia para que forças políticas ou outras motivações subjetivas e questionáveis não afastem servidores arbitrariamente e interrompam ações e programas de Estado, que beneficiam à sociedade”, afirma o presidente da Fenaec.

A PEC permite, ainda, ao presidente da República extinguir órgãos e cargos, por Decreto, incluindo até mesmo autarquias e fundações públicas. “Com isso, o serviço público fica refém do governo da ocasião, que vai impor seu modelo de gestão e possibilitar a mudança completa da organização dos serviços

de Estado a cada quatro anos e ao longo do mandato, sem qualquer participação do Legislativo e da sociedade”, avalia a Fenaec.

A Federação alerta que, ao alterar o Artigo 37 da Constituição e inserir a chamada “subsidiariedade” como um dos princípios da administração pública, o governo Bolsonaro pretende estabelecer no texto constitucional o Estado mínimo, bem como seu papel secundário que não deve “competir” com o mercado.

“Na prática, a atuação do Estado seria a exceção em vez da regra, impondo a visão privatista do governo Bolsonaro [...] significa a redução drástica do papel do Estado, inclusive em serviços como saúde, educação e segurança, invertendo a lógica de funcionamento dos serviços públicos”, diz a Fenaec.

Além disso, o texto do governo acaba com o Regime Jurídico Único (RJU), que regula a relação entre os servidores e o poder público, criando cinco outros modelos de contratação “retirando direitos e precarizando as relações de trabalho”.

“E neste contexto que acaba a estabilidade para quase todos os servidores. A garantia do emprego passa a ser atribuída apenas às carreiras típicas de Estado, que ainda não foram especificadas na proposta. O servidor só vai adquirir estabilidade depois de dois anos do ‘vínculo de experiência’ e permanecer por um ano em efetivo exercício com desempenho satisfatório. É importante destacar que a proposta não definiu critérios para avaliar o desempenho dos servidores. Assim, a medida abre caminho para possíveis perseguições políticas e demissões imotivadas, a critério do governo que estiver no poder”, completa a Fenaec.

Julgamento no TST recuperou parte dos benefícios após greve histórica da categoria

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) definiu sobre o acordo coletivo e a greve dos funcionários dos Correios em sessão virtual nesta segunda-feira, 21.

De acordo com a decisão, a greve foi considerada legal. Os ministros aprovaram a manutenção de 29 das 79 cláusulas do acordo coletivo vigente, e definiram por um reajuste salarial de 2,6% aos funcionários. A proposta da Empresa era cortar 70 pontos, mantendo apenas 9.

Outras 50 cláusulas que definem benefícios com adicional de férias e licença maternidade, serão excluídas do acordo. Entre os termos mantidos estão o plano de saúde e auxílio-alimentação.

Em seu voto, a relatora do processo, ministra Kátia Arruda, votou pela manutenção da maior parte das cláusulas do acordo, principalmente as consideradas conquistas históricas. “É a primeira vez na história do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que julgamos uma matéria em que a empresa retira todas as cláusulas e todos os direitos anteriormente existentes”, afirmou a ministra, defendendo a manutenção dos termos que tivessem influência econômica no acordo.

Também defendendo a legalidade da greve, a ministra afirmou que “não é abusiva”, uma vez que “foi a única alternativa encontrada pelos trabalhadores diante do impasse, da retirada de praticamente de todos os direitos que conquistaram durante toda a sua história”. Nesse ponto, o relatório foi aprovado pela maioria dos ministros, que determinou que a greve não

é abusiva, como defendido pela direção da empresa. Com isso, metade dos dias de greve será descontada do salário dos empregados e a outra metade compensada.

Em seu voto a ministra Kátia Arruda também destacou que, apesar de os Correios alegarem problemas econômicos com a manutenção dos direitos há informações da própria empresa que mostram que ela teve aumento da demanda durante a pandemia.

Defendendo pela retirada dos benefícios, votou o ministro Ives Gandra Filho, que propôs que fossem mantidas nove cláusulas e as outras 20 cláusulas, que não representam impacto financeiro para a estatal.

GREVE HISTÓRICA

A greve dos funcionários dos Correios teve início no dia 17 de agosto e foi considerada histórica pela categoria.

Durante o movimento, o secretário geral da Findex (Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios, Ricardo Rodrigues, o Peixe, ressaltou a luta dos trabalhadores para manterem seus direitos retirados, mas também uma luta heroica em defesa da empresa pública, que o governo pretende entregar ao setor privado.

“O governo está pegando a nossa categoria para ser a cobaia no processo de destruição dos direitos dos trabalhadores para facilitar a privatização”, denunciou Peixe.

Após o fim do julgamento do TST, ainda na noite desta segunda, as entidades debatem sobre a definição do TST e sobre os próximos passos do movimento.

STF: divulgação da lista suja do trabalho escravo é constitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a divulgação da lista de empregadores autuados e punidos em processo administrativo por manter trabalhadores em condição análoga à de escravidão, a chamada Lista Suja do Trabalho Escravo.

O julgamento ocorreu durante sessão encerrada na noite de segunda-feira (14) no plenário virtual, formato em que os ministros votam por escrito remotamente.

A Lista Suja do Trabalho Escravo existe desde 2004, tendo sido renovada e regulamentada por diversas portarias desde então. Em geral, os empregadores listados foram alvo de fiscalização em que houve o resgate de trabalhadores em condições precárias e análogas à de escravidão.

A lista era contestada pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). Para a entidade, seria inconstitucional uma portaria conjunta publicada em 2016 pelos então ministérios do Trabalho e das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. A norma regulamentou como seria feita a divulgação dos nomes.

Entre outros pontos, a Abrainc argumentava que a divulgação em si já geraria prejuízo e uma espécie de nova sanção administrativa, sem direito a defesa. Segundo a entidade, isso violaria direitos fundamentais dos empregadores, entre os quais o de livre iniciativa. E, pelo caráter de punição, a divulgação da lista somente poderia ter sido estabelecida por lei aprovada no Congresso, argumentou a associação.

O relator do caso no Supremo, ministro Marco Aurélio Mello, discorda.

Ao contrário de violar direitos fundamentais, como alegado pela associação, o ministro afirmou que a divulgação da lista garante a aplicação de direitos previstos na Constituição, entre os quais os que tratam de trabalho digno e acesso a salários justos e o da dignidade humana em geral.

“A quadra vivida reclama utilização irrestrita das formas de combate a práticas análogas à escravidão”, escreveu o ministro. Para ele, a divulgação está ainda justificada pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que serviu de base para regulamentar a lista. Marco Aurélio destacou que a transparência é a regra da administração pública.

O relator foi acompanhado integralmente pelos ministros Carmen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Os ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin também votaram pela constitucionalidade da lista, embora com diferenças na fundamentação.

“De fato, a manutenção da existência de formas modernas de escravidão é diametralmente oposta a quaisquer objetivos de uma sociedade que se pretende democrática”, escreveu Fachin em seu voto. O ministro frisou que a Lista Suja do Trabalho Escravo é “meramente informativa” e não configura “espécie de sanção aos empregadores”.

O ministro Alexandre de Moraes foi o único a divergir, por considerar que o processo sequer deveria ser julgado pelo Supremo, uma vez que, para ele, a Abrainc não tem legitimidade para propor ação sobre o assunto.

Governo não tem data para pagar parcelas estendidas de auxílio

As pessoas que têm direito ao auxílio emergencial de R\$ 300, e que não recebem o Bolsa Família, ainda não sabem quando começarão a receber as quatro parcelas restantes do benefício.

O governo ainda não divulgou nenhum calendário para os que fazem parte do Cadastro Único ou que recebem através do site ou aplicativo. Apenas os inscritos no Bolsa Família começaram a receber na quinta-feira (17).

Como o pagamento desse auxílio de R\$ 300, chamado de residual, só pode ser feito até 31 de dezembro, sem pagamento de atrasados, muitos trabalhadores que se inscreveram em abril já teriam direito à primeira parcela em setembro. Se isso não acontecer, significa que essas pessoas perderiam uma parcela do auxílio.

Com as novas regras do governo, se o calendário não for divulgado até o final de setembro, esses

beneficiários se somariam aos outros milhões que ficarão de fora ou não vão receber as quatro parcelas do auxílio, já que se inscreveram em meses posteriores a abril.

Mas, como se fosse uma “conversa para boi dormir”, o Ministério da Cidadania continua dizendo que serão pagas mais quatro parcelas de R\$ 300 até o final do ano. O que não se sabe é quem serão esses – além dos que fazem parte do Bolsa Família – que receberão as quatro parcelas completas, já que até os primeiros a se inscreverem no programa, os que se inscreveram em abril, estão correndo o risco de não receber.

Além disso, as novas regras também ficaram mais restritivas, como a exclusão dos que se inscreveram no programa em julho, ou com a redução da cota por família, que antes era de três pessoas e agora passou a ser duas por família.

6 milhões de beneficiários são excluídos auxílio emergencial

Com as novas regras instituídas pelo governo para a prorrogação do pagamento do auxílio emergencial, que foi cortado pela metade, cerca de 6 milhões dos atuais beneficiários ficarão de fora do programa ou não poderão receber integralmente as quatro parcelas de R\$ 300 até dezembro.

Segundo reportagem da Folha, os dados são de técnicos do Ministério da Economia que, sob anonimato, informaram que, com isso, o governo pretende “economizar” R\$ 5,7 bilhões por mês (R\$ 22,8 bilhões no acumulado até o fim do ano).

Na nova MP que regulariza o benefício, os pagamentos só poderão ser feitos até dezembro, diferentemente da primeira fase do auxílio, que não tinha prazo de validade e as pessoas receberam os atrasados mesmo que inscritas após o início do programa.

Com isso, se o pagamento das parcelas de R\$ 300 não for regularizado imediatamente pelo governo, com as

dificuldades de adequação ao novo sistema, e os problemas verificados na primeira fase, com erro nos dados, muitos ficarão sem receber.

Portanto, seguindo os calendários ainda da primeira fase do programa, quem recebeu a primeira parcela de R\$ 600, em julho, por exemplo, terá direito apenas a uma parcela da extensão do programa, de R\$ 300. Não poderá receber parcelas restantes no começo de 2021. Significa que perderá duas parcelas.

No caso de quem recebeu a primeira parcela de R\$ 600, em junho, receberá apenas duas das parcelas de R\$ 300, e assim por diante.

Além de outras restrições, como a exclusão dos que se inscreveram no programa em julho, ou os que passaram a ter vínculo empregatício durante o período em que os R\$ 600 estavam valendo, ou a redução da cota por família, que antes era de três pessoas e agora passou a ser duas por família.



Justiça condena P. Guedes por comparar servidor a ‘parasitas’

A Justiça condenou o ministro Paulo Guedes a pagar uma indenização de R\$ 50 mil ao Sindicato dos Policiais Federais da Bahia (Sindipol-BA) por ter comparado os servidores públicos a parasitas.

A determinação da juíza federal da 4ª Vara, Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, se deu após ação impetrada pelo sindicato, quando, em palestra a empresários na Fundação Getúlio Vargas, em fevereiro, Guedes afirmou sobre o funcionalismo público: “O hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita, o dinheiro não chega no povo e ele quer aumento automático”.

Na ocasião, já falando sobre a reforma administrativa, que foi enviada agora ao Congresso, Guedes criticou o reajuste anual dos servidores, a estabilidade no emprego e a “aposentadoria generosa”.

A juíza considerou que houve insulto por parte do ministro.

Segundo a juíza, “o ministro de Estado da Economia, no exercício do seu direito à liberdade de expressão, insultou os servidores públicos. Ele os comparou a ‘parasitas’, pediu que eles ‘não assalem o Brasil, quando o gigante está de joelhos’ e afirmou que eles ficam em casa ‘com geladeira cheia’”.

No processo inicial o valor da indenização de reparação por dano moral coletivo contra o ministro era de R\$ 200 mil, mas, segundo o presidente do sindicato, José Mário de Lima, “não importa o valor”.

“Não se trata de uma indústria de dano moral. O que importa é a defesa dos servidores públicos, em geral, dos federais e, em particular, dos servidores da segurança. A nossa reputação não pode ser atacada dessa forma”, reforçou.

Histeria contra Rússia e conviência com Casa Branca

FINIAN CUNNINGHAM*

Espantoso, não é? Os Estados ocidentais exigem veementemente sanções contra a Rússia por causa de alegações de assassinato não comprovadas e, francamente, tênues. No entanto, o autodeclarado líder do mundo ocidental, Donald Trump, se gaba abertamente de ordenar assassinatos. É nada além de silêncio se segue.

A ironia, pode-se dizer, está morta, ou melhor, assassinada por incontáveis violações do direito internacional pelo poder americano, com a cumplicidade silenciosa dos Estados ocidentais e da grande mídia. (Mais sobre isso em um momento.)

O dissidente político russo Alexei Navalny aparentemente se recuperou esta semana em um hospital alemão, depois de quase três semanas em coma. A Alemanha alegou que Navalny foi envenenado com um veneno letal para o sistema nervoso, acusando a Rússia de jogo sujo. Outros Estados ocidentais também implicaram Moscou e estão exigindo a imposição de sanções.

Uma vez que os alemães não forneceram nenhuma evidência para apoiar suas alegações ostensivas, ninguém pode realmente saber o que aconteceu com Navalny, exceto que ele foi levado da Rússia para Berlim em 22 de agosto sem mostrar sinais de envenenamento, de acordo com médicos russos que o examinaram detidamente. Os médicos russos concluíram que Navalny pode ter sofrido de choque diabético. Todo o caso está repleto de obscuridade e falta de devido processo, graças à notável falta de informação de Berlim – uma obstinação que viola as normas diplomáticas e legais.

O mesmo pode ser notado para o caso de Sergei Skripal, o ex-espião do MI6 que o governo britânico afirma ter sido envenenado por agentes do Kremlin em 2018. Novamente, como no caso Navalny, nenhuma evidência foi apresentada por Londres, embora a acusação britânica haja sido considerada boa moeda pelos Estados ocidentais que protestaram contra a Rússia com sanções punitivas.

Agora compare esta resposta ocidental reflexiva e hipócrita em relação à Rússia, baseada em boatos frágeis e afirmações complicadas, com o silêncio total em relação ao presidente dos EUA Trump e seus declarados esforços de assassinato.

Trump afirmou esta semana que queria ordenar o assassinato do presidente sírio Bashar al-Assad por causa de um suposto ataque com armas químicas em 2017. Acontece que Trump foi anulado pelo Pentágono, embora os EUA tenham realizado uma enxurrada de ataques aéreos contra a Síria.

Acontece também que o ataque com armas químicas foi provavelmente uma provocação falsa por militantes apoiados pelo Ocidente, de acordo com denunciantes da Organização para a Proibição de Armas Químicas, e conforme relatado pelo Wikileaks e The Gray Zone, entre outros.

Então, nesse caso, os ataques aéreos dos EUA foram um crime de guerra e o plano de assassinato abortado de Trump contra Assad teria sido o assassinato a sangue frio de um líder estrangeiro.

Trump se gabou de seu desejo de cometer assassinato esta semana. Assim como ele fez em várias ocasiões em relação à ordem real de assassinato do general iraniano Qassem Soleimani no início deste ano. Os Estados Unidos nunca apresentaram qualquer evidência na tentativa de justificar o assassinato de Soleimani por drone. Tudo o que ouvimos são difamações americanas contra o reverenciado comandante iraniano, cuja luta regional contra o terrorismo é uma questão registrada.

É claro que não há nada de novo sobre presidentes americanos ordenando assassinatos contra cidadãos estrangeiros. As execuções sumárias são uma prerrogativa presumida dos líderes dos EUA que se vêem acima do direito internacional e do devido processo legal por causa de seu autodeclarado “excepcionalismo americano”. Isso anda de mãos dadas com guerras de agressão no exterior por parte do automeado “policial global”.

Praticamente todo presidente americano há décadas tem sangue nas mãos do assassinato de estrangeiros considerados “inimigos” dos interesses imperiais dos Estados Unidos.

O fato de Trump se gabar do assassinato apenas reflete a queda aberta do poder americano na sarjeta do gangsterismo. Não há vergonha de saborear o poder de matar. Só existe arrogância e presunção de impunidade.

Essa impunidade é proporcionada pela tibieza dos líderes ocidentais e da mídia corporativa, cuja função é cada vez mais vista como um serviço de lavanderia de propaganda para crimes de guerra americanos e terrorismo de Estado.

Eles saltam para a condenação hipócrita da Rússia sobre acusações duvidosas de assassinato envolvendo veneno de nervo aparentemente ineficiente, e sem qualquer evidência.

Mas um presidente americano chafurda em esquemas assassinos como um chefe da máfia, e os governos ocidentais e a e mídia não dizem nada. Esse silêncio equivale à cumplicidade.

A flagrante justaposição de Navalny e Assad, entre outros casos, mostra que a ironia, assim como a verdade, a moralidade e o direito internacional foram todos assassinados por Washington e seus vassallos ocidentais.

* Colunista do Sputniknews. Artigo publicado originalmente sob o título “Assassinando ironia & verdade”

Revista Scientific American apoia Biden contra o obscurantista Trump



“Biden tem histórico de ser guiado pela ciência”, destaca a revista

Biden: “descaso de Trump frente à Covid o desqualifica para um segundo mandato”

O candidato democrata à Casa Branca, Joe Biden, enfatizando a “falta de seriedade” de Donald Trump no trato da pandemia de Covid-19, ao não decretar diretrizes nacionais sobre o distanciamento social e a aplicação de testes, assinalou que “isso o desqualifica totalmente” para um segundo mandato.

“A maior responsabilidade de um presidente é proteger o povo americano, e ele não o faz”, disse Biden na quarta-feira, 16, durante um discurso em Wilmington, no estado de Delaware.

O democrata sublinhou que apoia o lançamento rápido de uma vacina, mas só se demonstrar que é segura e eficaz, se houver “total transparência” do ponto de vista científico e se for distribuída de forma “equitativa”.

Já Trump – no país mais castigado no mundo pelo Covid-19, com mais 6,6 milhões de contágios e quase 200.000

mortes – joga com a expectativa da população de ver uma luz no fim do túnel. “Estamos a poucas semanas de conseguir a vacina, já sabem, poderiam ser três ou quatro semanas”, disse em uma sessão de perguntas e respostas com eleitores na Pensilvânia, transmitida pela ABC News.

Poucas horas antes, falando com a Fox News, Trump tinha dito que a vacina poderia chegar em “poderiam ser oito semanas”, mesmo quando um especialista do governo advertiu, na mesma quarta-feira, que uma vacina para uso em massa não tem como estar disponível antes de 2021.

O diretor dos Centros de Prevenção e Luta contra Doenças (CDC), Robert Redfield, disse no Congresso que se houver uma vacina este ano não seria para distribuição em massa, “mas em fornecimento limitado e deverá ser priorizada para os setores de saúde e os mais vulneráveis”, acrescentou. Trump também men-

tiu quando perguntado sobre o motivo pelo qual tinha minimizado a gravidade da pandemia nos primeiros meses. “Eu não subestimei a importância”, respondeu. “De fato, em muitos sentidos, a ressaltar em termos de tomar medidas”.

Só que ficou registrado que ele declarou ao jornalista Bob Woodward durante entrevistas gravadas em fevereiro e março que tinha decidido deliberadamente “minimizar” a gravidade do Covid-19 dizendo que era para evitar “alarmar” os estadunidenses, mas acabou causando a morte de 200.000, além de cenar alarmantes como a de cadáveres em containers frigorífico, como chegou a acontecer em Nova Iorque.

O presidente, que rara vez usa máscara em público, jogou a culpa do desastre na população dizendo que “muita gente não quer usar máscaras e as pessoas não acreditam que as máscaras sejam boas”.

Bolívia: a autoproclamada Añez despencou nas pesquisas e saiu da disputa presidencial

“A desistência da candidatura da autoproclamada presidente Jeanine Añez às eleições do próximo dia 18 de outubro reflete o fracasso de um desgoverno títere dos Estados Unidos”, declarou Dolores Arce, ex-diretora-executiva do Centro de Produções Radiofônicas da Bolívia (Cepra) e ex-chefe das Rádios dos Povos Originários (RPOs).

“O fato é que o governo estadunidense está efetivamente preocupado, pois a imensa impopularidade de Añez está refletida na última pesquisa em que caiu 10 pontos, de 18% para 8%. Agem para não saírem derrotadíssimos”, acrescentou Dolores Arce, diante do visível agravamento da crise sanitária e do desemprego, ao mesmo tempo da multiplicação dos casos de corrupção.

É uma manobra que vai além do eleitoral, frisou a comunicadora, “pois também tenta unificar o voto da direita, alinhando a reação contra o Movimento Ao Socialismo (MAS), que lidera todas as pesquisas”. “Na verdade, tentam beneficiar a Carlos Mesa, da Comunidade Cidadã, mas uma parte dos votos é transferida para o candidato do Oriente (Santa Cruz e Beni – Estados onde está a Meia Lua



“Desistência revela fiasco de seu desgoverno”

separatista), que é Camacho. Mas, felizmente, esta transferência de votos não se dá automaticamente, e eles se dividem”, ressaltou.

Dolores Arce também alertou para o alto percentual de votos indecisos, nulos, brancos e chamou a atenção para os ocultos, apontados por todas as pesquisas. “Particularmente em relação aos ocultos, que são muitos, e acreditamos que sejam do candidato do MAS, Luis Arce Catacora. Pelo alto nível de perseguição que está ocorrendo contra os seus simpatizantes, muitos preferem não mostrar sua predileção”, destacou.

Para Dolores, “neste momento, o que mais se deve temer, preocupar e desconfiar é a presença de Salvador Romero

como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da Bolívia, pois ele é uma ficha, um agente do Departamento de Estado norte-americano”. “Salvador Romero esteve em Honduras para consolidar a fraude, na perseguição e proscrição do presidente Manuel Zelaya, e foi designado diretor do Instituto Nacional Democrata (NDI na sigla em inglês) entre 2011 e 2014 para apoiar, com o apoio da USAID, grupos opositores ao processo de mudanças. Não podemos nos esquecer do jogo sujo que desempenhou a Organização dos Estados Americanos (OEA) ao não reconhecer a legitimidade das últimas eleições e alegar que houve fraude sem aportar nenhuma prova”, concluiu.

Pela primeira vez durante os seus 175 anos de existência a publicação científica dos EUA rompe com a neutralidade em eleições

Scientific American, que também é a mais antiga revista publicada continuamente nos EUA, anunciou que está endossando uma candidatura à presidência – Joe Biden – para se contrapor ao obscurantismo e negacionismo de Donald Trump. É a primeira vez em seus 175 anos de existência que a publicação rompe com a neutralidade em eleições.

Em sua edição de outubro, carta dos editores destaca que “a Scientific American nunca endossou um candidato à presidência em seus 175 anos de história. Este ano, somos obrigados a fazê-lo. Não fazemos isso levemente.”

“É hora de tirar Trump e eleger Biden, que tem um histórico de acompanhar os dados e ser guiado pela ciência”, enfatiza a mais conhecida publicação de ciência dos EUA.

Segundo os editores, “as evidências e a ciência mostram que Donald Trump prejudicou gravemente os EUA e seu povo – porque ele rejeita as evidências e a ciência”.

Rejeição da qual a pandemia do coronavírus se tornou o exemplo “mais devastador”, com a revista chamando de “desonesto” e “inepta” a resposta de Trump, e que levou à morte de mais de 190 mil norte-americanos.

“Ele foi avisado várias vezes em janeiro e fevereiro sobre a progressão da doença, mas não desenvolveu uma estratégia nacional para fornecer equipamentos de prote-

ção, testes de coronavírus ou diretrizes claras de saúde”, continua a carta.

Os editores mencionam as promessas e a falta de entrega de testes e rastreamento; o impacto em comunidades vulneráveis, incluindo pessoas de cor; e a falta de mandato de máscara nacional, com o presidente fazendo questão de não usar uma.

Eles destacam a constante minimização da doença em vez de controlá-la, o que levou ao desastre econômico; a recusa em aceitar responsabilidades e a culpar outros países e seu antecessor.

A publicação também ressaltou os ataques do presidente bilionário à proteção ambiental, aos pesquisadores e às agências públicas de ciência.

“É por isso que pedimos que você vote em Joe Biden, que está oferecendo planos baseados em fatos para proteger nossa saúde, nossa economia e o meio ambiente”, convoca a mensagem. “Essas e outras propostas que ele apresentou podem colocar o país de volta no caminho para um futuro mais seguro, mais próspero e mais justo.”

A revista observa, ainda, que Biden vem sendo aconselhado por epidemiologistas, imunologistas e bioeticistas, não por “médicos que acreditam em alienígenas e em terapias virais desmascaradas”.

Assinalando os obstáculos que Trump e seus aliados criaram para evitar que as pessoas votem com segurança em novembro, a Scientific American afirma que “é crucial que os superemos e votemos”.

Uruguaios fazem greve geral contra cortes do governo na Educação, Saúde e Moradia

Sob a consigna “Por um orçamento popular, por um Uruguai em movimento”, o presidente Luis Lacalle Pou enfrentou a primeira greve geral de 24 horas, seis meses depois de assumir o governo. “Hoje não foi só mais um dia no acontecer diário do país”, assinalou o líder do Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT), Fernando Pereira, que ainda destacou a alta participação popular na iniciativa sindical.

A Lei de Urgente Consideração (LUC), novo projeto de orçamento nacional que se debate no Congresso, é questionada nos seus aspectos centrais pelos trabalhadores. A central sindical exige que se incluam recursos para a educação, a moradia e a saúde e que o projeto abandone seu caráter neoliberal e se posicione “contra os ajustes [itens de arrocho]” que dão o tom das propostas. Também reivindicou a participação ativa do Estado na reativação econômica e a criação de empregos.

A greve contou com adesão massiva de funcionários públicos, trabalhadores do transporte, bancos, construção, indústria, docentes dos vários níveis educativos, funcionários da área do comércio e serviços. O secretário geral do PIT-CNT, Marcelo Abdala, avaliou que “há muito menos movimento que um domingo”, segundo publicou o jornal El Observador.

“Há perda de postos de trabalho, perda salarial; os setores mais desprotegidos da pobreza não são atendidos, há mais de 100 mil pessoas sobrevivendo de refeições ofertadas: esses são motivos suficientes para parar”, argumentou Pereira.

O presidente do PIT-CNT afirmou que o movimento sindical foi cuidadoso demais no marco da pandemia de coronavírus, e destacou que estes seis meses de governo foram os de menos mobilizações nos últimos 25 anos. “A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) nos colocou no último lugar das políticas sociais compensató-

rias que haviam se aplicado na pandemia e esse é um dado revelador de que o que se fez contra isso é insuficiente e não podemos continuar assim”, acrescentou.

Pereira assegurou que o governo busca “diminuir o gasto” tanto em educação como em saúde, e que o Executivo deve “ter a atenção ligada para ler e reler se o que estamos dizendo é verdadeiro ou não”. Para Marcelo Abdala, o projeto que está no Congresso tem como “única preocupação” o déficit fiscal e nem se atenta para os problemas da população.

Durante toda a jornada da quinta-feira (17) aconteceram concentrações em 15 pontos de Montevideo. A mobilização em apoio à greve se realizou com uma convocatória a respeitar o distanciamento social, para o qual os organizadores pintaram pontos brancos na rua sobre os que recomendaram que os manifestantes ficassem. Também distribuíram máscaras e álcool em gel.

Os ministérios de Trabalho e Seguridade Social, Educação e Cultura, Interior, Economia e Finanças, Desenvolvimento Social e Pecuaría, e Agricultura e Pesca não funcionaram. Porém, se registrou uma série importante de plantões de funcionários para manter em funcionamento as questões básicas de saúde, segurança, energia elétrica, fornecimento de água e telecomunicações.

Lacalle Pou venceu as eleições em segundo turno, após ter feito uma coalizão de cinco partidos de direita, depois de 15 anos de poder da Frente Ampla. O país apresenta um quadro político estável, mas sua economia, que depende em alto grau das transações com o Brasil e a Argentina, mostra sinais de estancamento, com uma retração de -1,4% do Produto Interno Bruto no segundo trimestre do ano, impulsionado principalmente pela agricultura, informou o Banco Central. Já o desemprego foi de 9,2%, acima do 8,5% do mesmo período de 2019, e a inflação é de 8,36%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística da Presidência.

Polícia alemã afasta nazis infiltrados na corporação

A polícia do estado alemão da Renânia do Norte-Vestfália executou na quarta-feira (16) uma operação contra um grupo de extrema direita dentro da própria polícia estadual que fazia em chats apologia do nazismo.

Até agora, os investigadores encontraram 126 imagens divulgadas nos grupos de chat, incluindo fotos de Adolf Hitler, suásticas e montagens que mostram refugiados em câmaras de gás. “É uma vergonha para a polícia”, afirmou o secretário estadual do Interior, Herbert Reul, em Düsseldorf.

Ele anunciou que são 29 os extremistas, todos afastados das funções e incursos em processos disciplinares. 14 já foram afastados definitivamente da corporação policial. Para o secretário de Interior, diante da dimensão do caso, “não se pode mais falar em casos isolados”.

Sindicatos de policiais se manifestaram sobre a operação, apontando que combater o extremismo de direita “faz parte do DNA da polícia alemã”. As entidades reiteraram que o grupo de acusados não reflete as posições da maioria da corporação.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão contra os 14 policiais afastados e também contra 34 unidades da polícia nas cidades de Duisburg, Essen, Moers, Mülheim e Oberhausen.

Reul disse que os investigadores chegaram ao grupo por acaso. Um policial de Essen, que era suspeito de repassar informações sigilosas a um jornalista, estava sob investigação por isso. O exame do celular dele permitiu chegar à rede de extremistas.

Dos 29 acusados até o momento, 25 são da polícia de Essen. Reul disse que metade dos acusados postava mensagens extremistas, de conteúdo racista e neonazista, e a outra metade apenas lia.

Entre os acusados estão também policiais com origens migratórias, disse o secretário. Nas operações foram apreendidos outros celulares e por isso o total de acusados pode aumentar.

Reul anunciou que a polícia de Essen passará por uma inspeção e que criará o cargo de encarregado de extremismo de direita para a polícia do estado. A maioria dos 29 acusados trabalham ou trabalharam em algum momento na delegacia de Mülheim an der Ruhr, subordinada à polícia da cidade de Essen.

O antro de nazistas de Essen não é um caso isolado na moderna Alemanha, como mostraram o massacre de Hanau em fevereiro, em que nove pessoas foram mortas em quiosques frequentados por turcos e imigrantes, e o julgamento do autor do ataque em que foram mortas duas pessoas em uma sinagoga em Halle, no final de julho.

Em sua condenação ao massacre de Hanau, Olaf Scholz, o vice de Angela Merkel, enfatizou que nosso debate político “não pode ignorar o fato de que há terrorismo de extrema direita na Alemanha 75 anos após a ditadura nazista”, advertiu.

Em junho de 2019, o deputado democrata-cristão Walter Lübcke, favorável à imigração, foi morto a tiros no terraço de sua casa por um ultradiretista, no estado de Hesse. Em fevereiro do atual ano, 12 membros de um grupo de extrema direita foram presos por planejarem ataques imitando o massacre da mesquita de 2019 na Nova Zelândia. Entre 2000 e 2006, o grupo neonazista NSU matou nove estrangeiros.

Outra manifestação disso é o crescimento do partido extremista e anti-imigração Alternativa pela Alemanha (AfD), que boa parte da classe política alemã acusa de incitar o ódio.

Em comunicado sobre Hanau, a vice-presidente do parlamento alemão, Claudia Roth, convocou a barrar o extremismo. “Depois do NSU, do assassinato de Walter Lübcke e de Halle, fica claro novamente: o terror de direita é uma realidade na Alemanha. As redes extremistas de direita são uma realidade na Alemanha”.

Então – exigiu a deputada verde –, “vamos chamá-los pelo nome, em vez de falar calmamente sobre ‘tiroteios’ ou ‘assassinos solitários’ ou ‘xenofobia’”. “Vamos finalmente agir à altura”, concluiu.

Snowden: ‘EUA quer prender Assange por denunciar seus crimes de guerra’



Snowden (d) denuncia tentativa de extradição de Assange: “agressão à imprensa”

Europeus rechaçam anúncio ilegal de Pompeo sobre “retorno de sanções da ONU ao Irã”

Em carta ao Conselho de Segurança da ONU, França, Grã-Bretanha e Alemanha repudiaram o anúncio do secretário de Estado, Mike Pompeo, de que a partir deste domingo (20), estariam “restabelecidas” todas as sanções da ONU contra o Irã e que quem não obedecesse ao ultimato de Washington seria sancionado também. Há um mês, o Conselho de Segurança da ONU havia, por ampla maioria (13 a 2), rechaçado a pretensão de Washington.

Os ministros das Relações Exteriores dos três principais países europeus ocidentais assinalaram que os EUA “não são mais signatários” do JCPOA – o nome oficial do acordo nuclear com o Irã – e, portanto, “não têm autoridade legal” para desencadear as sanções.

“Nesta carta, expressamos nossa opinião comum de que a suposta notificação nos termos do parágrafo 11 da UNSCR 2231 (2015) recebida dos Estados Unidos da América e distribuída aos Membros do Conselho de Segurança da ONU é incapaz de ter efeito legal e, portanto, não pode ser efetivado o procedimento previsto no parágrafo 11”.

“Decorre daí que qualquer decisão e ações que fossem tomadas com base neste procedimento ou em seu possível resultado também seriam incapazes de produzir qualquer efeito jurídico”, enfatizaram Paris, Londres e Berlim, conhecidos no âmbito do acordo nuclear com o Irã de 2015 como E3 (três europeus signatários).

O E3 destacou ainda que “trabalhou incansavelmente para preservar o acordo nuclear e continua comprometido em fazê-lo”. França, Grã Bretanha e Alemanha enfatizaram que permanecem comprometidas com a “implementação total” da resolução do Conselho de Segurança de 2015 que endossa o JCPOA.

“DELÍRIO OBSTINADO”

Rússia e a China, igualmente signatários do acordo, também rechaçam a arrogância pretensão de Washington. “É muito doloroso ver como um grande país se humilha assim, se opõe em seu delírio obstinado a outros membros do Conselho de Segurança da ONU”, tuitou Dmitry Polyanskiy, embaixador da Rússia junto à ONU.

“Todos nós devemos claramente em agosto que as alegações dos EUA de desencadear o snapback são ilegítimas. Washington é surdo?”, acrescentou. “Os Estados Unidos parecem ser persistentes em minar o direito internacional ao impor sua vontade egoísta aos outros”.

Há dois anos, Trump retirou o país do acordo com o Irã e desencadeou uma sarraivada de sanções, voltadas para impedir a exportação de petróleo e matar de fome o povo iraniano, que segue resistindo.



Foto da assinatura do acordo nuclear 5+1 com o Irã, com a presença do negociador de Obama, John Kerry

No mês passado, Washington sofreu uma enorme derrota no Conselho de Segurança da ONU, que recusou pressão dos EUA para ilegalmente impedir que o fim da proibição de armamentos, entrasse em vigor no início de outubro.

Foi amplamente majoritária a avaliação de que, por ter se retirado unilateralmente há dois anos do acordo JCPOA, a parte norte-americana não tinha qualquer direito a opinar sobre dispositivos do mesmo.

Negociado durante anos pelos EUA e Irã, o JCPOA estabeleceu limites mais rígidos para o programa nuclear iraniano do que os mecanismos usuais da Não-Proliferação, sob controle da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em troca da normalização do intercâmbio comercial e fim das sanções.

Foi assinado também pela Rússia, China, Grã Bretanha, França e Alemanha, e consagrado pelo Conselho de Segurança da ONU. Conforme a AIEA, o Irã vinha cumprindo fielmente o acordo, até a ruptura de Trump.

Em Teerã, o presidente Hassan Rouhani afirmou que os EUA “enfrentam a derrota” quando sua tentativa de reimpôr as sanções da ONU ao Irã encontrou oposição internacional.

“A América enfrentou a derrota em seu movimento pelas sanções e a resposta negativa da comunidade internacional. Nunca cedemos à pressão dos EUA e o Irã dará uma resposta esmagadora à intimidação dos EUA”, disse o líder iraniano no domingo.

Ele acrescentou que o fato de os parceiros europeus de Washington terem reagido negativamente ao movimento unilateral mostra que “a pressão americana nas áreas política e jurídica falhou”, acrescentou.

No sábado, o chanceler iraniano Mohammad Javad Zarif havia convocado a comunidade internacional a deter “o bullying da América”. “Os norte-americanos, via de regra, agem como agressores e impõem sanções. A comunidade mundial deve decidir como agir em relação ao bullying”.

O Irã disse repetidamente que não renegociará o acordo existente ou fará um novo com os EUA enquanto as sanções

permanecerem em vigor.

ACORDO NUCLEAR

No domingo anterior, o candidato democrata a presidente, Joe Biden, afirmou em artigo de opinião para o portal CNN que levará os EUA de volta ao Acordo de 2015 – assinado então por Barack Obama, de quem era vice – se o Irã retornar ao “cumprimento estrito” do acordo nuclear, conhecido como Plano de Ação Global Conjunto (JCPoA, na sigla em inglês).

O acordo era considerado como a principal vitória diplomática de Obama no segundo mandato, negociado durante anos, e comemorado pelo então secretário de Estado John Kerry, mas foi rasgado por Trump, sob a alegação de que era “péssimo”.

“Oferecerei a Teerã um caminho confiável de volta à diplomacia. Se o Irã retornar ao cumprimento estrito do acordo nuclear, os Estados Unidos voltarão a aderir ao acordo como ponto de partida para negociações subsequentes. Com nossos aliados, trabalharemos para fortalecer e estender as disposições do acordo nuclear, ao mesmo tempo em que abordaremos outras questões preocupantes”, escreveu Biden.

Biden registrou que a retirada unilateral tivera como consequência o retrocesso no que havia sido conseguido de controle do programa nuclear iraniano e colocado tropas dos EUA no vizinho Iraque em situação de insegurança, tudo ao contrário do que Trump prometera ao rasgar o tratado negociado durante anos e assinado por Obama, que o presidente bilionário de agora classifica como “péssimo”.

Biden também se comprometeu a, no primeiro dia de mandato, revogar a vergonhosa proibição de viagens de Trump que afeta uma série de países de maioria muçulmana. Ele também anunciou que iria tornar sem efeito sanções que prejudiquem o combate do Irã à pandemia de coronavírus – o que Trump tem feito, criminosamente.

Em agosto, Dos 15 membros do Conselho de Segurança da ONU, cinco permanentes e 10 por rotação, Washington só obteve o voto da República Dominicana para sua intenção de pressionar Teerã com mais sanções.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

A extradição aos EUA do jornalista e preso político Julian Assange representaria um grande risco para todos os jornalistas e um atentado contra a liberdade de imprensa, alertou Edward Snowden

O governo dos EUA quer prender Julian Assange “o resto de sua vida por seu melhor trabalho, o realizado pelo seu site WikiLeaks: aquele que fez ao filtrar os registros de ações que são crimes de guerra explícitos e abusos de poder”, afirmou Edward Snowden, que, por sua vez, teve de buscar exílio na Rússia, após contribuir, de forma similar a Assange, com a revelação de extensos documentos cujo teor mostravam a interferência e espionagem global norte-americana que atenta contra soberania de países, ação independente de governos e privacidade dos indivíduos.

“Não há como condenar Julian Assange sob a Lei de Espionagem sem que as mesmas normas recaiam sobre o The New York Times e outros meios”, que divulgaram as informações sistematizadas pelo Wikileaks, prosseguiu Snowden, que ao tomar consciência da magnitude dos crimes cometidos pelo governo norte-americano, partiu de sua condição de técnico a serviço da agência de espionagem CIA para tornar públicas as informações a que tivera acesso, aí, assim como na chamada Agência de Segurança Nacional dos EUA.

“Você pode compreender que condená-lo prejudica a todos. Isso prejudica tua sociedade. Prejudica o futuro de teus filhos”, acrescentou Snowden, dirigindo-se aos cidadãos norte-americanos.

A extradição aos Estados Unidos do jornalista e preso político Julian Assange, que está encarcerado na prisão de segurança máxima de Belmarsh, na Inglaterra, por denunciar os crimes de guerra dos EUA, e sua perseguição pelas revelações que deixaram exposto o abuso de poder, representa um grande risco para todos os jornalistas e vai contra a liberdade de imprensa, afirmou Snowden, em entrevista concedida ao jornalista Joe Rogan, em seu podcast, Joe Rogan Experience, na terça-feira (15).

Se extraditado, Assange pode ser condenado a 175 anos por “espionagem” – isto é, por divulgar documentos do Pentágono mostrando crimes de guerra cometidos no Iraque e Afeganistão, e a tortura em Guantánamo. No mundo inteiro, tem se multiplicado o clamor contra a extradição de Assange, de parte de um grande número de jornalistas, juristas, personalidades e entidades.

Já Snowden segue na Rússia mais de cinco anos após ter divulgado uma

das maiores coleções de documentos secretos da história, que demonstraram que a Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos grameia milhões de usuários na internet e nos telefones diariamente.

Entre outros feitos, Snowden divulgou através do jornal inglês “Guardian” a ordem secreta do tribunal secreto Fisa que ordenou o grampo geral de todos os 98,9 milhões de telefones da operadora Verizon por três meses, e também as 41 páginas de PowerPoint que revelam a existência do Programa Prisma, através do qual a NSA grameia diretamente os usuários do Google, Microsoft, Facebook, Skype, Apple e mais quatro gigantes da internet, e ainda que o grampo atinge os EUA e o planeta inteiro.

PRECEDENTE ILEGAL

“Esse caso marca um precedente legal nos EUA, onde a justiça tradicionalmente tem feito uma clara distinção entre os jornalistas e suas fontes. Se for condenado à cadeia perpetua, sua sentença poderia impactar toda a esfera midiática”, analisou Snowden.

“Por muito abusivas que tenham sido as ações sob a Lei de Espionagem, nos últimos 50 anos o governo tinha uma espécie de acordo tácito. Nunca apresentaram acusações contra os meios de comunicação... acusavam suas fontes”, explicou. “Estão rompendo esse acordo com o caso de Julian Assange. Assange não é a fonte, é simplesmente um editor. Dirige uma organização de imprensa”, enfatizou.

Já se passaram dez anos desde que o WikiLeaks, junto com alguns dos maiores jornais do mundo, divulgou o conhecido vídeo “Assassinato Colateral”, tirado de um helicóptero de guerra norte-americano em Bagdá que mostra o trucidamento de civis iraquianos desarmados, inclusive dois jornalistas. O documento sintetiza brutalmente os milhares e milhares de arquivos do Pentágono sobre a guerra.

A publicação não foi feita em solo norte-americano, Assange não é cidadão norte-americano e se prevalecer o precedente, enquanto se oficializa a extraterritorialidade de leis norte-americanas e a impunidade dos crimes de guerra, qualquer um, em qualquer lugar do mundo, que publique algo de que Washington não goste, pode virar o próximo alvo.

Índia contrata 100 milhões de doses da vacina russa Sputnik V

Um acordo firmado nesta quarta-feira com o Fundo de Investimento Direto Russo (RDIF) permitirá que o povo indiano tenha acesso a 100 milhões de doses da vacina Sputnik V contra o avanço do coronavírus ainda neste ano.

Conforme o documento firmado pela empresa farmacêutica indiana Dr. Reddy's Laboratories com a RDIF, as doses poderão a começar a ser entregues no final de 2020, estando sujeitas à conclusão de testes bem-sucedidos – que já se encontram na fase III – e ao registro da vacina pelas autoridades reguladoras.

Para Kirill Dmitriev, diretor-geral do RDIF, a parceria com a Dr. Reddy, uma das principais empresas farmacêuticas da Índia, é fundamental, pois o país está entre os mais gravemente prejudicados pela covid-19. “A Índia está entre os países mais severamente afetados pelo coronavírus e acreditamos

que nossa plataforma de vetor duplo de adenovírus humano fornecerá uma opção segura e cientificamente validada para o país na batalha contra o vírus”, acrescentou. Além do país asiático, o RDIF fechou parcerias estratégicas com mais de 18 países, somando mais de US\$ 40 bilhões.

“A vacina Sputnik V pode fornecer uma opção confiável em nossa luta contra o coronavírus na Índia”, declarou G V Prasad, diretor-geral do Dr.Reddy.Segundo Prasad, “os resultados da Fase I e II mostraram-se promissores, e agora conduziremos os testes da Fase III para atender os requisitos dos reguladores indianos”.

De acordo com o professor Sergey Tsarenko, médico-chefe Adjunto de Anestesiologia e Reanimação em Moscou, “os principais critérios para avaliar uma vacina são segurança e eficácia, garantidas pelo Sputnik V”.

Leia mais no site horadopovo

OMC: tarifas de Trump sobre a China violam normas do comércio

A Organização Mundial do Comércio (OMC) anunciou na terça-feira (15) que as tarifas instauradas pelo presidente Donald Trump sobre produtos chineses no decorrer de 2018 violam as regras do comércio internacional. A OMC apoiou uma reclamação da China sobre as tarifas impostas a cerca de US\$ 234 bilhões em bens.

O painel da OMC concluiu que as tarifas violavam várias regras, incluindo uma de que os países devem aplicar tarifas iguais a todos os parceiros comerciais membros. A decisão terá pouco efeito prático, assinalou a CNN, já que o conselho de apelações da OMC está praticamente sem operar, após Washington bloquear as nomeações dos juizes.

Trump impôs tarifas sobre bilhões de dólares em importações chinesas na tentativa de deter o programa chinês de alta tecnologia, que tem como meta dominar tecnologias de ponta em telecomunicações, computação quântica, inteligência artificial, veículos autônomos e outras áreas, com o regime norte-americano alegando que isso só ocorria graças a transferências forçadas de tecnologia e suposto roubo de patentes.

Washington e Pequim chegaram a um acordo preliminar (“Fase I”), para congelar a guerra tarifária, com a China se

comprometendo a comprar um volume maior aos norte-americanos, e permanência em vigor das tarifas já impostas, mas sem entrada em vigor de mais sobretaxação já prevista.

Diante da condenação pelo organismo mundial, a resposta do representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, foi dizer que a deliberação, contra a guerra tarifária de Trump, demonstra que é “a OMC é ineficaz”.

Em outra frente da guerra tarifária de Trump, Washington concordou em recuar do aumento de tarifas de 10% que impusera em agosto ao alumínio canadense, substituído por uma cota, com a possibilidade de reimposição retroativa caso o volume da cota seja excedido.

Para essa imposição de tarifa, a Casa Branca alegou que as importações de alumínio canadense ameaçavam a segurança nacional dos EUA – pretexto que tem sido usado e abusado por Trump, na tentativa de reverter a decadência da economia norte-americana. Ao fazer isso, Trump saíra de um acordo pelo qual havia suspenso as sobretaxas sobre Canadá e do México no ano passado em meio às negociações sobre o novo Nafta, que entrou em vigor em julho deste ano.

Polemiquim em torno do Grande Sertão

Guimarães Rosa detestou James Joyce, preferia o gaúcho Simões Lopes Neto

SIDNEI SCHNEIDER

Quem conta a história de **Grande sertão: veredas**, o romance de Guimarães Rosa, é o personagem Riobaldo. Tudo o que saberemos a partir da sua leitura é narrado por ele a um doutor da cidade.

É essa narrativa que constrói o personagem e todos os outros. As opções sintáticas e a escolha vocabular que lhe confere o autor recriam a fala do sertanejo mineiro. Fala anotada de modo incansável em caderninhos durante as incursões de Rosa pelo sertão, provinha também de solicitações feitas ao pai, através de cartas, para que este lhe enviasse expressões e enredos curiosos ouvidos de tropeiros em Cordisburgo, sua cidade natal, além da própria memória do escritor, relacionada ao período em que lá viveu.

O português-brasileiro local foi trabalhado pela inventividade do escritor, senhor da sua linguagem, que criava neologismos e construções verbais semelhantes ao modo de falar das suas fontes sertanejas. Arcaizava palavras correntes, enfeixava ordens sintáticas discordantes das normativas e urbanas, mantinha as seguidas pausas e mudanças de direção da linguagem oral. Em suma, imitava o falar do sertanejo mineiro, sem, no entanto, copiá-lo, mais afeito aos procedimentos, ao modo do sertanejo construir, usar sua língua. Que parte da academia, da crítica e até dos escritores insista em ver nisso procedimentos oriundos da leitura de James Joyce, quando nada o justifica no cotejo das obras, revela apenas mais um daqueles velhos estrategemas já denunciados por Graciliano Ramos em **Linhas tortas**, a tentativa indigna de colocar uma falsa etiqueta estrangeira no autor nacional de prestígio para com ela se justificar o seu valor, como se isso fosse o supracitado da crítica.^[1]

Guimarães Rosa não está nem um pouco obcecado por palavras-container como o irlandês James Joyce. Quando este, por exemplo, escreve o nome Anna Lívía, pretenderia que recordássemos não só da antiguidade latina do nome Lívía e da sua matriz semântica que inclui os termos alva, branca e lívida, mas também (e como, sem a ajuda dos mirabolantes livros exegeticos?) do navio irlandês Anna Liffey; do nome do rio que banha Dublin, o Liffey; da expressão homófona e enormemente contrária *I'na leave ya* e assim por diante. Escolhi esse exemplo por ser provavelmente o mais simples do livro **Finnegans wake**, sem entrar no emaranhado das *furioucas manavras sianosas do incon-trolho miautor rimlandês* – e aqui apenas brinco e simplifico à pressa o seu tipo de construção. A sanha interpretativa da academia recebeu divertida crítica de Umberto Eco, ao ser desbaratada por meras impossibilidades histórico-cronológicas, como a suposta referência de Joyce ao líder soviético Andrei Jdanov: “Puro delírio – mas entre os fãs de Joyce, podemos encontrar hipóteses ainda mais absurdas”.^[2] Além de tudo, a partir de **Ulisses**, Joyce passou a criar palavras usando várias línguas, do romeno ao sânscrito, dificultando enormemente a leitura.^[3]

Não é o que ocorre em **Grande sertão: veredas**. Quando eventualmente Guimarães Rosa trabalha com formação de palavras, elas soam adequadas ao personagem, como se tivessem nascido no sertão. Não busca emendar estilhaços de palavras para formar palavras visivelmente estilhaçadas. Nem exerce mero artifício: o povo brasileiro adora uma palavra nova para sair falando por aí, algumas acabam incorporadas ao dicionário. Verdade que, nas cerca de seiscentas páginas do livro,



é possível encontrar a palavra esmarte, aparentada do inglês *smart*, astucioso ou inteligente, mas não se deve esquecer que o verbo esmar, do português antigo, possui um sentido aproximado (avaliar; calcular; refletir), nem obliterar o fato de grupos ingleses e norte-americanos explorarem, desde há muito, os minérios e trabalhadores de Minas Gerais, podendo a palavra ter saltado por essa via para a linguagem local. Se a construção e a escolha das palavras objetivavam a leitura polissêmica, como em qualquer obra literária, não resvalam para a tentativa nauseante de empilhar um absurdo de significados praticamente indecifráveis.

Quanto à suposta apropriação de Guimarães Rosa do monólogo interior de **Ulisses**, diga-se primeiro que essa técnica não foi inventada por Joyce, como este inclusive reconheceu, mas pelo escritor francês Édouard Dujardin, em **Os loureiros estão cortados**, publicado em 1887.^[4] **Ulisses** é de 1922 e começou a ser escrito em 1914, sendo que o romancista inglês Stephen Hudson, próximo a Joyce, havia utilizado a técnica anteriormente. Deve-se ao livro do irlandês, isto sim, a veiculação e discussão da técnica entre os escritores.

Como já externamos em outro momento, a técnica do monólogo interior não se reduz a uma simples peroração intimista na primeira pessoa do singular, mas diz respeito a uma confrontação simultânea entre os pensamentos ou devaneios de um personagem e o mundo a sua volta. Num mesmo trecho o escritor pode dar a ver a consciência do seu personagem em movimento, ou seja, sua confabulação interna, na primeira pessoa (eu), e o meio em que ele se encontra, a paisagem objetiva e social, através da voz do narrador, com o personagem figurando na terceira pessoa (ele). No cinema, certas cenas são construídas de forma análoga, quando simultaneamente se vê a ação do personagem e se ouve os seus pensamentos ou devaneios. Quando Lukács, pretendendo criticar a obra de Joyce, critica a técnica dizendo que ela dissolve a realidade, não está levando em conta tudo o que se pode fazer com ela. O maior ou menor grau de subjetividade depende somente das intenções do autor. Para Brecht, a técnica pode ser usada “tanto a tortas como a direitas”.^[5] Joyce faz uso dela para dar a ver o mundo íntimo de Molly Bloom.

Em **Grande sertão: veredas**, o que temos é a narração do personagem Riobaldo, um relato bastante ciente de si mesmo, dirigido para o doutor da cidade, sem vaivéns da primeira à terceira pessoa relativos a um mesmo personagem. A presença do oculto doutor-ouvinte é percebida pelo leitor porque a fala-narrativa de Riobaldo o interpela: chama-lhe a atenção, dirige-lhe perguntas, expõe-lhe dúvidas. Joyce, por seu turno, narra Molly Bloom consigo mesma, como se ele invadisse os seus pensamentos e sensações, o desconexo do seu mundo interior. Há uma espécie de transe, um jorro de quarenta mil palavras que se esbatem, saltam de uma à outra sem aviso. É a escrita da livre associação freudiana, ainda que não obtida pela escrita automática dos surrealistas.

O leitor perdoe tantas minúcias, mas a legião de fãs de Joyce, grande parte não leitores



da obra que admiram, perturba o ambiente.

Dito isto, já é hora de ouvir a opinião do autor. Guimarães Rosa rejeitou sem dó algum a obra mais célebre de Joyce: “**O Ulysses**, fiz várias tentativas [de leitura], que nunca foram além de pedaços de páginas. Acho nele um ludismo, uma atitude que não me é simpática, excessiva intencionalidade formal, muitíssimo de ‘voulu’, que me repele.” (Carta a Mary Lou Daniel, 03.11.1964, publicada pela mesma em **João Guimarães Rosa: travessia literária**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 73).

Quem busca etiquetar uma feição joyceana no romance de Guimarães Rosa, talvez se surpreenda com o que vamos afirmar acerca da importância das inovações técnico-narrativas do “regionalista” gaúcho Simões Lopes Neto para a criação de **Grande sertão: veredas**.

Antes, porém, é preciso dizer que um escritor obviamente dialoga com as mais diferentes fontes da literatura nacional e universal. Que Machado de Assis, entre as suas muitas leituras, leu Shakespeare, para citar um autor estrangeiro, e que essa leitura tenha propiciado um diálogo profícuo e reconhecível em trechos da sua obra, é um fato que não desmerece a ninguém, nem a Machado, nem a Shakespeare, pois não se trata de submissão, nem mesmo a Shakespeare. Que, igualmente, Machado tenha usufruído de modos da ficção medieval cavaleiresca, muitíssimo anterior ao Dom Quixote, que conduzem a uma situação sem saída (ou melhor, no caso de Machado, em que a saída não esteja dentro, mas fora do texto, precisamente na vida real), ao escrever um dos seus melhores contos, talvez o melhor, *Pai contra mãe*, é outro fato. Evidente que o problema não é esse. Relacionar-se com o já produzido é uma das condições da criação. O problema existe quando se força a barra para, na prática, impingir uma condição inferior e caudatária ao que foi criado com esforço próprio no âmbito da literatura nacional, refletindo-se assim, apenas, a posição em que se encontram os formuladores de tais teses, súditos involuntários da dominação econômica e acultural sobre o país e o mundo.

A leitura do livro **Contos gauchescos** (1912), de Simões Lopes Neto, um dos mais importantes escritores brasileiros, muitas vezes relegado à mera etiqueta de regionalista, ou então à de autor de língua pouco compreensível nacionalmente – como se tudo o que lêsemos de Estados

que não o nosso não exigisse um mínimo de esforço, tal o tamanho e a diversidade do nosso país – possibilitou a Guimarães Rosa equacionar a estrutura narrativa do seu romance. Ou, optando por um grau menor na relevância de tal leitura, confirmou uma inclinação anterior.

Antes de qualquer outro, Simões Lopes Neto resolveu um problema fundamental da ficção brasileira de sua época, através de um expediente técnico-narrativo que igualmente dá forma e estrutura **Grande sertão: veredas** (1956). Até então, a literatura em voga, com Coelho Neto a frente de toda uma geração, buscava abordar contingentes humanos relegados ao interior do país, sem superar, no entanto, certo travo de artificialidade, correspondente à rasa abordagem social. Os personagens “falavam” através da língua popular característica de sua região, inclusive com marcas exageradas de ortografia (não há distinção, entre o mundo urbano e rural, quanto aos brasileiros tenderem a não pronunciar, fora de eventos mais formais, o “r” final dos verbos no infinitivo, p. ex.), mas a voz do narrador seguia as normas convencionais e urbanas, sem descartar construções relativas ao distante português de Portugal. Simões Lopes Neto equacionou a questão em **Contos gauchescos** ao dar a voz narrativa a um personagem, o vaqueano Blau Nunes, que rememora vivências e histórias através de sua característica linguagem popular gauchesca, narrando-as para um sujeito da cidade, numa estratégia ficcional muito diferente do modelo anterior, quase oposta. Sendo o mesmo personagem o narrador de quase todos os contos, também se amarrava assim a unidade do conjunto. Hoje essa estratégia narrativa pode parecer simples, mas ninguém havia tomado tal providência antes.

O referido ouvinte cidadão não aparece senão através da fala de Blau, já que este seguidamente o interpela. Se a palavra reproduzida pela escrita é somente a de Blau, as artimanhas do escritor possibilitam a noção da ocorrência de um diálogo. O lugar desse cidadão ouvinte quem ocupa, na verdade, somos nós, os leitores de **Contos gauchescos**.

Em **Grande sertão: veredas**, de maneira similar, a palavra é dada ao ex-jagunço Riobaldo. Com sua linguagem característica de sertanejo mineiro, ele conta as histórias que viveu a um doutor da cidade, que igualmente só se faz sentir através da fala de Riobaldo. Blau Nunes seguidamente repete, interpelando o seu ouvinte, “Escuite”, enquanto Riobaldo continuamente chama a atenção

do seu, “Mire e veja”. Isso ajuda a manter o interesse do leitor na narrativa, já que este fica situado, conforme já dissemos, na posição do ouvinte de Blau ou Riobaldo: a constante interpelação ao outro funciona como uma constante interpelação ao leitor, não tornando o relato unipessoal enfadonho.

Ambos contam histórias passadas para um sujeito urbano que sabe pouco ou nada do mundo em que elas aconteceram. Tratam de uma época e lugar em que na prática não havia Estado nem lei, os seres humanos vivendo engolfados entre os poderes da natureza selvagem e dos grandes proprietários de terras, mas em que existiam valores caracteristicamente épicos como a honra, a coragem, a lealdade e o companheirismo. Registrou-se assim, em livro, uma poderosa linguagem popular, trabalhada por escritores cultos através do uso de um léxico fértil e instigante, da peculiar organização sintática e das saborosas pausas e mudanças de direção da oralidade.

Desde 1973, está no Acervo Guimarães Rosa, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, o volume único **Contos gauchescos e Lendas do sul**, Porto Alegre, Ed. Globo, 1949, sublinhado em código de cores pelo escritor mineiro. O pesquisador e bibliógrafo Fausto Domingues alude ao que Theodomiro Tostes, poeta e diplomata, escreveu nas páginas do *Correio do Povo* em 1974: “lembro da boa surpresa que me deu Guimarães Rosa, quando, em nosso último encontro em Montecatini [na Itália], falou de sua admiração pela obra do grande pelotense. Rosa sabia frases inteiras dos contos gauchescos e das lendas. E, como artesão incomparável da pura fala brasileira, repetia com gosto certos vocábulos que pareciam mais raros ao seu ouvido”.^[6] Fausto Domingues reverencia ainda Flávio Loureiro Chaves, autor do clássico **Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura**,^[7] embora neste não trate da questão, como “o mais credenciado, nos dias atuais, para emitir opinião a respeito”.

A pesquisadora Maria da Glória Bordini, já nos idos de 1971, discernia pioneiramente, apesar de ter escrito um único parágrafo sobre o assunto, a relação do autor de **Contos gauchescos** com a obra máxima roseana: “[João Simões Lopes Neto] antecipa no Brasil a técnica do diálogo evocativo que, bem mais tarde, seria retomada por Guimarães Rosa. Não queremos dizer que a sua produção se coloque ao nível artístico da contística de Rosa, embora alguns contos suportem a comparação em igualdade de

O escritor Guimarães Rosa, na década de 50 do século passado (foto: Eugênio Silva/O Cruzeiro)

condições. Mas vale registrar que, no aspecto puramente técnico, Simões apresenta o embrião de todos os recursos que viriam a colocar o **Grande sertão: veredas** entre as maiores obras de ficção narrativa da literatura mundial”.^[8]

No Museu Casa de Guimarães Rosa, em Cordisburgo, pequena cidade do interior mineiro, dei com uma estatueta do **Laçador** na mesa de trabalho do escritório reconstituído. Originalmente, é obra de porte do escultor Antonio Caringi, exposta na entrada de Porto Alegre, símbolo da capital e dos sul rio-grandenses. Vi no fato ressonância do apreço de Guimarães Rosa pelas histórias do escritor gaúcho.

Em Cordisburgo, é visível o afeto dos habitantes pelo seu filho ilustre. Em todo lugar, em qualquer parede nua, se lê algum trecho de livro, se respira poesia: “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”, trecho de **Grande sertão: veredas**; “O Curvelo vale um conto,/ Cordisburgo um conto e cem./ Mas as Lages não têm preço./ Porque lá mora o meu bem...”, trova do conto *O burrinho pedrés*, de **Sagarana**, e “O verdadeiro amor é um calafrio doce, um susto sem perigos...”, da novela *Buriti*, em **Noites do sertão**, hoje à parte do original **Corpo de baile**. Afeto este que existe igualmente no RS por Simões Lopes Neto.

Notas:

[1] Graciliano Ramos, **Linhas tortas**, Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 246. No artigo *O fator econômico no romance brasileiro*, o autor afirma que “a mania indígena de se comparar o literato cá da terra a um figurão estrangeiro, hábito inocente e antigo, sempre em moda, é apenas um meio de fazer crítica e não deve ser tomada a sério”.

[2] Umberto Eco, **Confições de um jovem romancista**, São Paulo: Cosac Naify, 2013, pp. 38-40.

[3] Nos livros-glossário de **Finnegans wake**, a cada linha da obra original uma ou mais palavras são alvo de notações, tendo a edição inglesa 628 páginas de explicações. A tradução brasileira do anti-romance, a cargo de Donald Schüller, vem distribuída em cinco volumes de cerca de seiscentas páginas cada.

[4] Édouard Dujardin, **Os loureiros estão cortados**, Porto Alegre: Brejo, 2005.

[5] Bertold Brecht, **El compromisso em literatura y arte**, Barcelona: Ediciones 62, 1984, pp. 227-8, no artigo *Glossa a una teoria formalista del realismo*, originalmente publicado entre 1937-1941. Só mais tarde, Georg Lukács passará a defender o uso particular que Thomas Mann faz do monólogo interior para a caracterização realista do personagem, num livro publicado originalmente em 1957, que no Brasil recebeu novo título: **Realismo crítico hoje**, Brasília: Editora de Brasília, 1969, passim.

[6] Fausto Domingues, *Inquéritos em contraste*, **Folha do Instituto João Simões Lopes Neto**, Ano II, ed. 2, Pelotas, p. 9, fev-mar, 2013; igualmente na recolha de Tania Franco Carvalhal (org.), **Theodomiro Tostes: Porto Alegre, modernismo, poesia, memória**, Porto Alegre: IEL/PUCRS, 2009, p. 157.

[7] Flávio Loureiro Chaves, **Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

[8] Maria da Glória Bordini, *Atuação do narrador*, em Ana Mariza Filipouski et alii, **Simões Lopes Neto: a invenção, o mito e a mentira**, Porto Alegre: IEL/Movimento, 1973, pp. 77-8. Artigo inicialmente publicado em jornal: *Contos gauchescos: atuação do narrador*, **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 jun. 1971, Caderno de Sábado, n. 180.